



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2024 - 2027





GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Elmano de Freitas da Costa

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ

Jade Afonso Romero

SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

Onélia Maria Moreira Leite de Santana

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Paulo Rogério Santos Guedes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA INFÂNCIA, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Caio Garcia Correia Sá Cavalcanti

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Sandro Camilo Carvalho

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Lidiane Nogueira Rebouças

COORDENADORIA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Célia Maria de Souza Melo

COORDENADORIA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

COORDENADORIA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Mônica Regina Gondim Feitoza

COORDENADORIA DE INCLUSÃO SOCIAL

Jéssica Souza Alves

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

Germana Mourão Dias

COORDENADORIA DA CIDADANIA

Samuel de Sousa Costa

COORDENADORIA DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA

Maria Dagmar de Andrade Soares

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Arlete Gonçalves Silveira

COORDENADORIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Regina Ângela Sales Praciano

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Amanda Pereira Albuquerque

COORDENADORIA DE INTERLOCUÇÃO INTERINSTITUCIONAL DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Mariana Sales Bastos

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PLANEJAMENTO

Sebastião Lopes Araújo

COORDENADORIA FINANCEIRA

Francisco Paulo Pimenta da Silveira

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

João Albery Dias Júnior

COORDENADORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Maria Socorro Neves Jacinto

COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Francisco Sérgio de Abreu Brilhante

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS – PROARES

Maria Carmem Leão Almeida



COORDENAÇÃO GERAL

Sandro Camilo Carvalho
Sebastião Lopes Araújo

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Adriana Fernandes Batista de Oliveira Freire
Aila Pequeno Holanda Porto
Alberto Sérgio Holanda Banhos - SEAS
Ana Paula Lopes Ferreira Sales
Camille Soares Alcântara
Cynthia Monteiro Nogueira
Cynthia Studart Albuquerque
Danyelle Mota Ricardo Guerra
Eileen Holanda de Souza
Francisco Ricardo Mariz Santos
Igor Silveira Cavalcante
Isabele Oliveira Cavalcante
Jacira França de Deus Silva
Kátia Suzanne Dutra Caúla
Maria Dagmar de Andrade Soares
Robson de Oliveira Veras
Sandra Maria Ferreira de Moraes
Sebastião Lopes Araújo
Virgínia Célia Barbosa Santana

FACILITADORES

Adriana Fernandes Batista de Oliveira Freire
Adriana Maria Rodrigues de Carvalho Veras
Alice Leite Barbosa
Christina Simões Albuquerque
Cícera Rosania Campos de Lima
Cláudia Macambira de Oliveira
Cynthia Monteiro Nogueira
Danyelle Mota Ricardo Guerra
Eileen Holanda de Souza
Emilênia de Carvalho Lima
Francisco José Sousa de Carvalho
Francisco Ricardo Mariz Santos
Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
Kátia Suzanne Dutra Caúla
Lilian Cristiane Nascimento Louvrier
Lívia Lopes Marques
Lúcia de Fátima Coelho Lima
Maria Luciene de Freitas Guimarães
Maria Meiriane dos Santos Torres
Mariana Rodrigues Loiola
Pedro José Alves Capibaribe
Rosângela Soares Lopes
Sabrina Marah Maia Fava
Sandra Maria Ferreira de Moraes
Silvana Sobreira de Matos

APOIO PEDAGÓGICO E LOGÍSTICO

Bruno Marques Lobato
Christina Simões Albuquerque
José Maria Holanda Costa
José William Monteiro da Silva
Marcela Eugênia Evaristo Lima
Maria de Jesus Pereira Barros Neta
Regina Lúcia Duarte Bezerra de Paula
Sandra Maria Braga Libânio de Vasconcelos

REVISÃO

Kátia Suzanne Dutra Caúla

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Camille Soares Alcântara
Silvelena Gomes da Silva
Davi Torres Parente
Leandro Ferreiras (minderama.design)

FOTOGRAFIA

Mariana Parente
Beatriz Souza
Sheyla Castelo Branco





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6	4. METODOLOGIA	54
1. INTRODUÇÃO	8	4.1. MAPA ESTRATÉGICO	56
2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	10	5. PROJETOS ESTRATÉGICOS	58
3. O PLANEJAMENTO ESTADUAL E A SPS	11	5.1. PROJETOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA FINALÍSTICA	58
3.1. EIXOS DE GOVERNO, RESULTADOS ESTRATÉGICOS, TEMAS E RESULTADOS TEMÁTICOS	13	5.2. PROJETOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA MEIO	59
3.2. TEMA TRANSVERSAL: PROMOÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA	14	5.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS DE CONTINUIDADE	59
3.3. POLÍTICAS NORTEADORAS: ASPECTOS CONCEITUAIS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES, ESTRATÉGIAS E ENTREGAS	16	6. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	60
3.3.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL	18	6.1. O MODELO DE GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - 2024	60
3.3.2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN	23	SIGLAS	64
3.3.3. CRIANÇA E ADOLESCENTE	27	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
3.3.4. POLÍTICAS SOBRE DROGAS	33	ANEXOS	67
3.3.5. CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL	37	RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS POR SECRETARIA EXECUTIVA E COORDENADORIA	68
3.3.6. ARTESANATO	41		
3.3.7. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	47		
3.3.8. ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	49		
3.4. ÓRGÃOS COLEGIADOS	53		



APRESENTAÇÃO

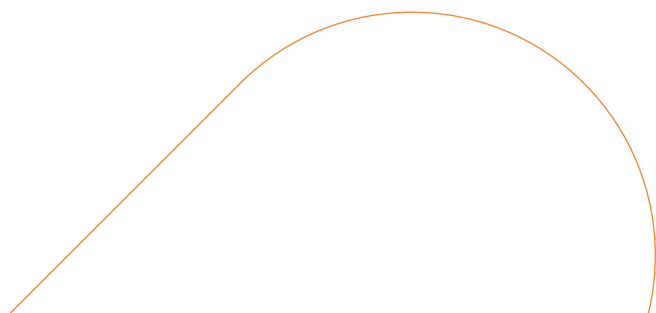
Cuidar das pessoas, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal, requer o delineamento de políticas públicas cuja efetividade se dá mediante o desenvolvimento de programas, projetos e ações que impactem positivamente na vida dos cidadãos e cidadãs cearenses e que contribuam para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

A Proteção Social, pela sua natureza multidisciplinar, exige esforços para a integração de ações das políticas da assistência social, da segurança alimentar e nutricional, da qualificação social e profissional, das políticas sobre drogas, da promoção da cidadania, do desenvolvimento do artesanato, das medidas socioeducativas e da promoção do desenvolvimento da criança e do adolescente em articulação com as demais políticas públicas no estado. Para a mudança qualitativa da sociedade, o investimento na infância é fundamental, pois “desenvolver a criança é desenvolver a sociedade” - razão pela qual implantamos o Programa Mais Infância Ceará em interface com diversas políticas públicas, extensivas também às suas famílias.

Com o propósito de promover o bem-estar e vida digna à população cearense, a Secretaria da Proteção Social – SPS apresenta o seu Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2027, o qual foi construído de forma participativa com proposições alinhadas com as diretrizes do Governo Federal e do Governo Estadual, como o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e suas Diretrizes Regionalizadas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Planejamento de Longo Prazo – PLP (Ceará 2050), culminando com o Mapa Estratégico desta setorial, no qual consta os objetivos estratégicos em quatro perspectivas: Institucional (sociedade), Cliente (cidadãos), Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, com seus instrumentos técnico-operacionais, buscando a modernização administrativa para a excelência no atendimento à população.

Portanto, convido a todos e todas a conhecerem as nossas propostas. Sigamos juntos e juntas na construção de um Ceará mais justo e inclusivo!

Onélia Maria Moreira Leite de Santana







INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico é um processo coletivo, construtivo e dinâmico, um marco orientador para atuação das instituições públicas ao incorporar as necessidades, demandas sociais e as respostas institucionais aos usuários das políticas públicas. É um instrumento que reveste-se da maior importância para as organizações, por possibilitar avaliar o presente, planejar o futuro e decidir, de forma participativa, sobre a melhor forma de cumprir com a sua missão institucional.

Assim, possibilita rever a sua identidade organizacional, definir objetivos estratégicos, projetos estratégicos, identificar e aprimorar os processos internos e externos, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços e avançar na gestão das políticas públicas sob sua responsabilidade, a saber:

- **Assistência Social**
- **Segurança Alimentar e Nutricional**
- **Criança e Adolescente**
- **Qualificação Profissional**
- **Políticas sobre Drogas**
- **Artesanato**
- **Cidadania e Inclusão Social**
- **Atendimento Socioeducativo**

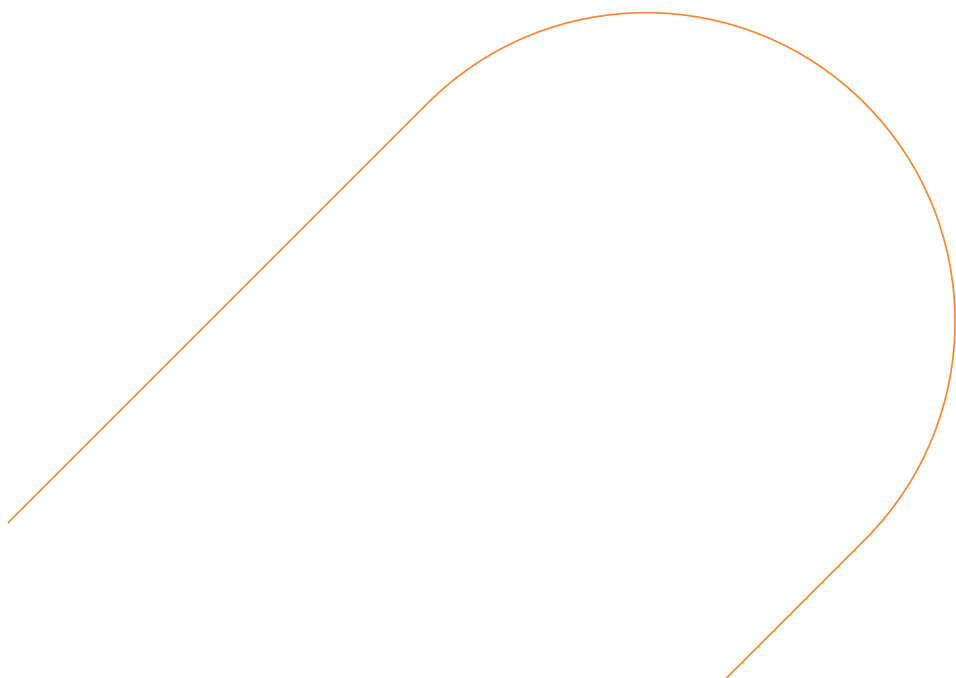
1.

Como referencial teórico, utilizou-se a metodologia Balanced Scorecard – BSC, ferramenta de gestão que traduz a visão e as estratégias da organização em um conjunto articulado de medidas de desempenho. Essas medidas expressam os objetivos estratégicos e os mecanismos para alcançar esses objetivos, considerando os desafios sob quatro perspectivas: Institucional (sociedade), Clientes (cidadãos), Processos Internos e Aprendizado e Crescimento (inovação) que compõem o Mapa Estratégico da Organização.

Para tanto, foi feita uma escuta junto aos diversos níveis da gestão (estratégico, tático e operacional), mediante a realização de 31 oficinas com a participação de, aproximadamente, 487 pessoas, com o objetivo de identificar os anseios, avanços, limitações, desafios, estratégias e metas, devendo todas as proposições estarem alinhadas com o Plano de Governo, com o Plano Plurianual – PPA (2024-2027), com as Diretrizes Regionalizadas, com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, com o Planejamento de longo Prazo – PLP (Ceará 2050), com as deliberações das Conferências Estaduais das Políticas Públicas sob a coordenação e a execução desta setorial, considerando que o cidadão/usuário demanda padrões de excelência nos serviços ofertados, exercendo seu direito de cobrar presteza no atendimento aos anseios sociais.



O presente documento apresenta a identidade organizacional da SPS, os eixos de Governo, os temas e as políticas públicas com seus objetivos estratégicos, programas, indicadores, entregas e metas, os quais serão acompanhados pelas instâncias de controle social. Apresentamos ainda, os projetos estratégicos, culminando com a sistemática de monitoramento e avaliação fundamentada no modelo de governança do presente plano.





IDENTIDADE ORGANIZACIONAL 2.

Propósito

Promover bem-estar e vida digna à população cearense.

Missão

Promover as políticas da proteção e desenvolvimento social para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, oportunizando equidade e bem-estar.

Visão de Futuro

Ser referência nacional, até 2030, por sua efetividade na promoção das políticas de proteção e desenvolvimento social e elevação da qualidade de vida da população cearense.

Valores

- Ética e transparência
- Gestão Participativa
- Competência e comprometimento institucional e pessoal
- Responsabilidade Socioambiental
- Respeito às diferenças e diversidades
- Intersetorialidade
- Foco em resultados baseados em evidências



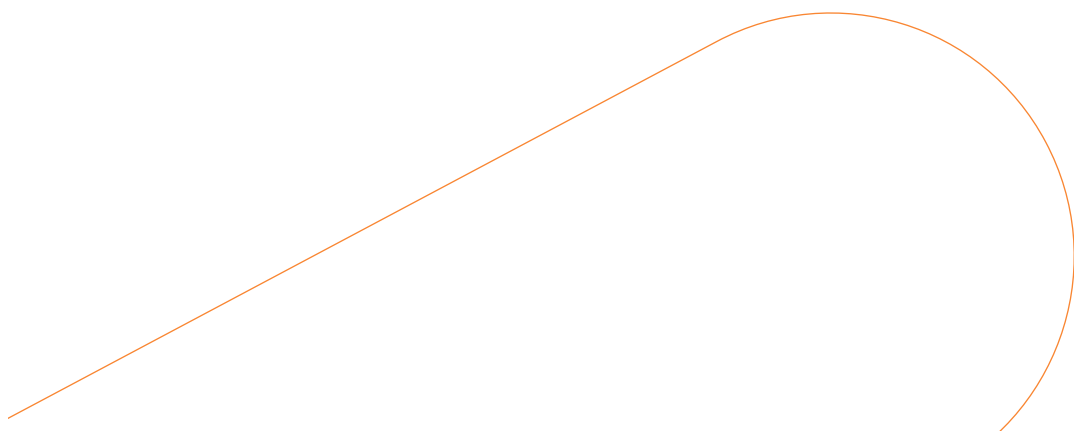
O PLANEJAMENTO ESTADUAL E A SPS 3.

O Governo do Estado estruturou a sua atuação em quatro eixos estratégicos: O Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas; O Ceará que Inova, Produz e Trabalha; O Ceará que Preserva, Convive e Zela pelo Território e O Ceará que Participa, Planeja e Alcança Resultados.

Para a elaboração deste Planejamento Estratégico, além da análise do desempenho das políticas públicas no período anterior, levou-se em consideração os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS – Agenda 2030), objetivos estratégicos do Planejamento de

Longo Prazo (Ceará-2050), as diretrizes das agendas estratégicas de cada política pública, bem como as deliberações de Conferências Estaduais, culminando com as diretrizes regionais definidas nos encontros regionais das 14 regiões administrativas do estado, consolidadas no PPA participativo 2024-2027.

A SPS participa efetivamente de dois eixos estratégicos e de cinco temas com suas políticas norteadoras, programas, indicadores e entregas conforme especificação a seguir, além do monitoramento e avaliação dos indicadores constantes no Tema Transversal – Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência.







3.1. EIXOS DE GOVERNO, RESULTADOS ESTRATÉGICOS, TEMAS E RESULTADOS TEMÁTICOS

Eixo de Governo	Resultado Estratégico	Tema	Resultado Temático
O Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas	Pessoas com uma vida digna, por meio da garantia dos seus direitos fundamentais, tanto na sua formação, quanto na sua inclusão como cidadãos, e pela valorização da sua identidade social e cultural.	Assistência Social	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, com acesso garantido aos direitos socioassistenciais.
		Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	População com acesso regular e permanente a alimento de qualidade, em quantidade adequada.
		Inclusão Social e Direitos Humanos	Pessoas e grupos étnicos e sociais em situação de violência e vulnerabilidade social e econômica, da cidade, do campo, da floresta e das águas, com inclusão, oportunidades e direitos humanos e civis reconhecidos e assegurados.
O Ceará que Inova, Produz e Trabalha	População com bem-estar socioeconômico, por meio do desenvolvimento das potencialidades regionais, oportunidades de emprego e renda, e construção de habilidades, competências e conhecimentos, necessários para a inclusão produtiva	Educação Profissional	População com educação profissional de qualidade e inclusiva, articulada com as demandas dos setores econômicos, existentes e emergentes, e com as vocações locais.
		Trabalho e Empreendedorismo	Pessoas com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade, autonomia econômica e empreendedorismo, de acordo com as vocações e potencialidades territoriais e as novas perspectivas e tendências de mercado.



3.2. TEMA TRANSVERSAL: PROMOÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

O Tema Transversal tem abrangência em diversos eixos, temas estratégicos e programas constantes no PPA 2024 – 2027, tendo como resultado crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socialmente incluídos, visando a redução da pobreza. Os indicadores para medir esse resultado serão monitorados anualmente, a partir da articulação da Secretaria-Executiva da Infância, Família e Combate à Fome (SEXEC-IFAMCF). Esses indicadores estão identificados no Eixo Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas e nos temas: Assistência Social, Educação Básica, Trabalho e Empreendedorismo, Inclusão Social e Direitos Humanos, Educação Profissional, Saúde, Segurança Pública e Justiça, com suas respectivas dimensões, conforme demonstrado a seguir:

Setorial	Indicador Transversal	Dimensão
SPS	Percentual de famílias com crianças de até cinco anos e onze meses de idade, em situação de pobreza e extrema vulnerabilidade, com acesso à transferência de renda	Dimensão 1 - Geral
	Percentual de crianças de 0 a 6 anos em situação de extrema pobreza	Dimensão 1 - Geral
	Número de Notificações de violência doméstica contra criança e adolescente	Dimensão 1 - Geral
	Percentual de domicílios do Cartão Mais Infância Ceará (CMIC) em situação de insegurança alimentar grave	Dimensão 1 - Geral
	Percentual de municípios com equipe capacitada na metodologia do ACT – Programa Universal de Prevenção da Violência para Educar Crianças em ambientes Seguros	Dimensão 1 - Geral
	Percentual de Crianças nascidas vivas com Registro Civil emitido	Dimensão 1 - Geral
SEAS	Número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas certificadas em cursos de qualificação profissional	Dimensão 1 - Geral
	Número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas com o mínimo de 75% de frequência na Educação Básica	Dimensão 1 - Geral
SEDUC	Percentual de cobertura de creche Dimensão: Zona Rural	Dimensão 1 - Geral
	Percentual de cobertura de Pré-Escola Dimensão: Zona Rural	Dimensão 1 - Geral
	Percentual de alunos no padrão de proficiência adequado no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece)	Dimensão 1 - Para o 2º ano do ensino fundamental



Setorial	Indicador Transversal	Dimensão
SEDUC	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	Dimensão 1 - Para anos iniciais do ensino fundamental Dimensão 2 - Para anos finais do ensino fundamental
	Percentual de distorção idade-série de alunos da rede pública de ensino	Dimensão 1 - Para anos iniciais do ensino fundamental Dimensão 2 - Para anos finais do ensino fundamental Dimensão 3 - Para o ensino médio
	Percentual de alunos no padrão de proficiência adequado no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece)	Dimensão 2 - Para o 5º ano do ensino fundamental em língua portuguesa Dimensão 3 - Para o 5º ano do ensino fundamental, em matemática Dimensão 4 - Para o 9º ano do ensino fundamental em língua portuguesa
	Taxa de abandono na rede pública de Educação Básica	Dimensão 1 - Para anos iniciais do ensino fundamental
	Percentual de alunos no padrão de proficiência adequado no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece)	Dimensão 5 - Para o 9º ano do ensino fundamental em matemática
	Taxa de abandono na rede pública de Educação Básica	Dimensão 2 - Para anos finais do ensino fundamental
	Percentual de alunos no padrão de proficiência adequado no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece)	Dimensão 6 - Para a 3ª série do ensino médio em língua portuguesa
	Taxa de abandono na rede pública de Educação Básica	Dimensão 3 - Para o ensino médio
	Percentual de alunos no padrão de proficiência adequado no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece)	Dimensão 7 - Para a 3ª série do ensino médio em matemática
	Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio (IDE-Médio)	Dimensão 1 - Para Escolas Indígenas e Quilombolas Dimensão 2 - Para Escolas do Campo e Família Agrícola Dimensão 3 - Para escolas com ensino em tempo integral
	Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio (IDE-Médio)	Dimensão 4 - Para escolas com ensino em tempo parcial
	Grau de formalidade do mercado de trabalho cearense	Dimensão 3 - Para jovens
	Taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos	Dimensão 1 - Geral
	Taxa de reentrada do sistema socioeducativo	Dimensão 1 - Geral
Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio (IDE-Médio) das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)	Dimensão 1 - Geral	



Setorial	Indicador Transversal	Dimensão
SESA	Taxa de mortalidade neonatal, por 1.000 nascidos vivos	Dimensão 1 - Geral
	Taxa de incidência de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade, por 1.000 nascidos vivos.	Dimensão 1 - Geral
	Proporção de nascidos vivos de mães adolescentes	Dimensão 1 - Geral
SSPDS	Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), por 100.000 habitantes	Dimensão 3 - Para crianças e adolescentes Dimensão 6 - Para adolescentes e jovens negros (pretos e pardos)

3.3. POLÍTICAS NORTEADORAS: ASPECTOS CONCEITUAIS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES, ESTRATÉGIAS E ENTREGAS

As políticas públicas sob a responsabilidade da SPS são: Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Criança e Adolescente, Qualificação Profissional, Políticas sobre Drogas, Artesanato, Cidadania e Inclusão Social e Atendimento Socioeducativo, com seus respectivos objetivos estratégicos, na perspectiva institucional (sociedade) e de clientes (usuários) com suas estratégias e ações que nortearão a implementação de cada política pública com vistas à consecução dos resultados esperados, traduzidos no desempenho de metas referentes a cada entrega, bem como de seus indicadores, conforme mencionado a seguir.







3.3.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política da Assistência Social tem a finalidade de garantir o acesso aos direitos socioassistenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e de riscos pessoais e sociais, sendo executada conforme preconiza a Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), alterada pela Lei nº 12.435/2011, caracterizando-se como política de seguridade social não contributiva, descentralizada, com funções técnicas entre os entes federativos, que tem como modelo de Gestão o Sistema Único de Assistência Social (Suas) com suas funções: vigilância socioassistencial, defesa de direitos e a proteção social que são ações socioassistenciais em benefícios, serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.





OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
Promover a Política da Assistência Social para famílias e indivíduos que dela necessite.	Garantir a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) com a oferta qualificada dos serviços, benefícios, programas e projetos.
<p>Indicadores:</p> <p>Percentual de municípios com vigilância socioassistencial.</p> <p>Percentual de gestores, técnicos da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (GSuas) e representantes do controle social capacitado.</p> <p>Percentual de pessoas com direitos violados com acesso aos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial.</p> <p>Número de pessoas acolhidas nas unidades da Proteção Social.</p> <p>Percentual de reinserção familiar e/ou comunitária das pessoas acolhidas.</p> <p>Número de pessoas em situação de rua atendidas pelos serviços socioassistenciais com retomada do vínculo familiar e/ou comunitário.</p> <p>Percentual de atendimento efetivo às famílias pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif.</p> <p>Percentual de famílias com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, em situação de extrema pobreza, com acesso à transferência de renda.</p>	

Estratégias	Principais Ações
Fortalecimento da intersectorialidade da assistência social com as demais políticas públicas para maior impacto na redução das vulnerabilidades, riscos pessoal e social.	Articulação entre os gestores das Políticas Setoriais para o planejamento e execução de ações intersectoriais.
	Sensibilização dos(as) gestores(as) e operadores da Política de Assistência Social para o trabalho articulado com as políticas setoriais.
	Elaboração do Caderno de Orientações Técnicas para o trabalho social com famílias de Grupos de Populações Tradicionais (GPTs).
	Elaboração do protocolo de gestão integrada entre Suas e Sisan, pactuando fluxos de referência, contrarreferência, encaminhamentos, acompanhamento familiar e orientação para segurança alimentar e nutricional.
	Incorporação da temática de segurança alimentar e nutricional nas capacitações e apoio técnico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e do Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias - PAIF nos Centros de Referência da Assistência Social - Cras.
	Inclusão das famílias beneficiárias do Cartão Ceará Sem Fome como público prioritário do Paif, bem como possibilitar o encaminhamento dessas famílias para o recebimento de refeições nas cozinhas do Ceará Sem Fome.



Estratégias	Principais Ações
<p>ACESSUAS CE – Qualificação profissional, emprego e renda: conjunto de ações intersetoriais de articulação, mobilização, encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para acesso a oportunidades de trabalho, emprego e renda.</p>	<p>Articulação com a Coordenação da Inclusão Social – Cois e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/Sine para a inserção no mercado de trabalho de pessoas inscritas no CadÚnico, na reserva de vagas dos contratos do Governo do estado, garantida pela Lei N° 18.434/2023.</p> <p>Articulação com a Cois para oferta de cursos de qualificação profissional nos Cras municipais e unidades sociais da PSB, por meio do Programa Criando Oportunidades, para beneficiários do Cartão Mais Infância Ceará – CMIC e Cartão Ceará sem Fome.</p> <p>Articulação com a Cois para oferta de qualificação profissional por meio do Projeto Primeiro Passo, aos jovens dos SCFV, em acompanhamento pelo Paif, nos CRAS municipais.</p>
<p>Fortalecimento do Controle Social da Política de Assistência Social no Ceará.</p>	<p>Assessoramento dos Conselhos Estadual e Municipais para a implementação e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – Suas e o pleno exercício do Controle Social.</p> <p>Realização de capacitações com os representantes do controle social em âmbito estadual e municipal (presidentes, vice-presidentes, secretários(as) executivos(as) e conselheiros(as)).</p>
<p>Garantia constitucional do percentual destinado à Política de Assistência Social.</p>	<p>Articulação entre os poderes executivo e legislativo (bancada cearense) para garantia constitucional do percentual destinado à política de assistência social.</p>
<p>Adequação dos valores do cofinanciamento estadual, conforme normatização da política em âmbito estadual.</p>	<p>Repasse de recursos do cofinanciamento conforme as determinações da Política de Assistência Social em âmbito estadual.</p>
<p>Consolidação e fortalecimento da vigilância socioassistencial em âmbito estadual e municipal.</p>	<p>Implantação e disponibilização do novo sistema online do Censo e Mapa de Risco Social – Cemarís aos 184 municípios do Ceará.</p> <p>Realização do 4º Encontro Estadual Bianual da Vigilância Socioassistencial.</p> <p>Realização da 3ª edição da mostra estadual de experiências exitosas em vigilância socioassistencial incluindo a modalidade de povos originários e comunidades tradicionais.</p> <p>Investimentos em tecnologia da informação e qualificação dos sistemas utilizados pelo estado.</p> <p>Capacitação dos gestores e operadores da vigilância socioassistencial.</p> <p>Assessoramento para formalização e implementação da vigilância socioassistencial nos municípios cearenses.</p>



Estratégias	Principais Ações
Ampliação da regionalização dos serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.	Implantação do cofinanciamento estadual dos serviços de proteção social especial de alta complexidade.
	Reordenamento e Regionalização dos serviços de acolhimento institucional.
	Implantação da Instituição de Longa Permanência para pessoas idosas no município de Brejo Santo, para idosos com múltiplos graus de dependência, em gestão compartilhada com a Secretaria de Saúde.

ENTREGAS (por programa)

Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
121. Implementação do Sistema Único de Assistência Social	Incentivo à Gestão Estadual – IGE.	Pessoa capacitada	1.104	1.254
		Assessoria realizada	368	552
		Vigilância Socioassistencial implantada	141	184
122. Proteção Social Especial	Unidades de Proteção Social Especial de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – Alta Complexidade.	Abrigo mantido	10	10
		Criança e adolescente acolhidos	200	200
	Unidades de Acolhimento de Pessoas Idosas – (Municípios de Fortaleza e Brejo Santo).	Abrigo mantido	2	2
		Pessoa acolhida	163	163
	Unidade de Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica – Casa do Caminho.	Abrigo mantido	1	1
		Pessoa acolhida	21	21
	Unidade de Acolhimento em Residências Inclusivas.	Abrigo mantido	6	6
		Pessoa acolhida	78	78
	Unidade de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em situação de abandono – Abrigo Tia Júlia.	Abrigo mantido	2	2
		Criança e adolescente acolhidos	40	40
	Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas Regional Cariri, Regional Fortaleza e Regional Vale do Jaguaribe.	Centro de Referência mantido	3	8
		Implantação de Creas Regionais	-	5



Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
122. Proteção Social Especial	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – Paefi.	Centro de Referência Cofinanciado/ apoiado Famílias referenciadas/ atendidas	114	114
		Famílias referenciadas/ atendidas	18.100	18.100
123. Proteção Social Básica	Projeto Cartão Mais Infância (CMIC).	Cartão Mais Infância Concedido	150.000	150.000
		Bolsa concedida – Agente Mais Infância	184	184
	Programa Primeira Infância no Suas/ Criança Feliz.	Assessoria realizada	184	736
		Pessoa capacitada	2.946	13.670
	Cofinanciamento do Programa de Atenção Integral à Família (Paif).	Família atendida	1.550.500	1.558.000
	Cofinanciamento de Benefícios Eventuais (BE).	Municípios cofinanciados	184	184
		Benefício concedido	16.488	65.952
	Projeto Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação (ABC e Circo Escolas).	Unidades mantidas	07	07
		Pessoa atendida	1.650	6.000
	Projeto inclusão Social, com Arte, Esporte e Educação (Espaço Viva Gente e Centros Comunitários).	Unidades mantidas	05	05
		Pessoa atendida	2.500	10.000
		Pessoa capacitada	900	3.500
	Prêmio de Incentivo Financeiro à Assistência Social destinado aos Centros de Referência da Assistência Social.	Prêmio concedido (anual) ¹	30	30

1. Anualmente, são selecionados 30 CRAS com base nos critérios constantes na nota técnica.



3.3.2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN

A segurança alimentar e nutricional, conforme estabelece a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei No 11.346/2006), consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (art. 3o).

A SPS vem desenvolvendo ações para a implementação da política de SAN no Ceará, apoiando a estruturação do **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan**, o qual viabiliza a consecução deste direito, articulando a sociedade civil e as organizações governamentais, sensibilizando-os para a formulação e execução de políticas de SAN, bem como a elaboração dos marcos regulatórios e estruturação dos conselhos para o efetivo controle social.

Nessa perspectiva, foi implantado o **Programa Mais Nutrição** o qual tem por objetivo combater a fome e garantir alimentação saudável às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, bem como, o desperdício de alimentos. O Mais Nutrição, executado em integração com o **Programa Mais Infância Ceará**, impacta diretamente na vida de milhares de cearenses e, conta com a parceria da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e de Organizações da Sociedade Civil dos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte.

Outra importante ação é o Programa Vale-Gás Social, política permanente, sancionada pelo Governo do Ceará em 14 de setembro de 2021, que possibilita 3 recargas gratuitas de botijão

de gás às famílias em situação de extrema vulnerabilidade social. São contempladas famílias assistidas pelo Cartão Mais Infância Ceará; famílias inscritas no CadÚnico e beneficiadas com o Programa Bolsa Família; além de cozinhas sociais e entidades credenciadas no Programa Mais Nutrição.

Merece destaque o Programa Ceará Sem Fome, de natureza intersetorial com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e demais setoriais, o que possibilita a transferência de renda por meio do Cartão Ceará sem Fome, bem como, refeições fornecidas pelas Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR) distribuídas em todos os municípios cearenses.

Todas essas ações constituem a rede de ações estruturantes direcionadas ao combate à fome e à insegurança alimentar, fortalecendo a **Política Pública da Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará**.







OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
<p>Promover a Política de Segurança Alimentar e Nutricional assegurando a soberania, o direito humano à alimentação adequada e o combate à fome.</p>	<p>Garantir a redução da insegurança alimentar no estado do Ceará.</p> <p>Institucionalizar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -SISAN nos municípios cearenses.</p>
<p>Indicadores:</p> <p>Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar grave no Ceará.</p> <p>Percentual da população em situação de pobreza beneficiada com a distribuição de alimentos.</p>	

Estratégias	Principais Ações
<p>Ampliar o acesso da população vulnerabilizada às ações da Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.</p>	<p>Implantação da Central de Arrecadação de Alimentos - Unidade Central.</p> <p>Ampliação de beneficiários do Cartão Ceará Sem Fome.</p> <p>Garantia da distribuição de Vale-Gás Social às famílias em vulnerabilidade social e entidades sem fins lucrativos nos municípios cearenses.</p> <p>Ampliação da área de abrangência do Programa Mais Nutrição.</p>
<p>Fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN no estado do Ceará.</p>	<p>Mobilização, orientação e apoio aos municípios para adesão ao Sis-san (adesão responsiva).</p> <p>Assessoramento à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Estadual e sua articulação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional - Conseas municipais.</p> <p>Apoio técnico ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea.</p>
<p>Fortalecer a coordenação intersetorial da Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.</p>	<p>Articulação de parcerias com universidades para realização de estudos, pesquisas e avaliação da política.</p> <p>Ampliação de parcerias governamentais e não governamentais para implantação de programas e projetos em Segurança Alimentar e Nutricional.</p>



Estratégias	Principais Ações
Fortalecer a coordenação intersetorial da Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.	Incentivo à participação dos municípios na cooperação com o Pacto para a Segurança Alimentar no estado.
	Articulação dos programas dos Governos estadual e municipais com as ações da sociedade civil ligadas à segurança alimentar e nutricional.
	Conhecimento e divulgação de ações e práticas exitosas na área de segurança alimentar e nutricional.
	Fomento à realização de estudos e pesquisas, sistematização e divulgação das informações relativas à execução das ações de superação da pobreza e no âmbito da segurança alimentar e nutricional.
Desenvolver Processos de Educação em Segurança Alimentar e Nutricional para público beneficiário.	Levantamento das necessidades de desenvolvimento profissional para atuar na política de SAN.
	Realização de eventos de capacitação (oficinas, palestras e cursos) para os públicos diversos.

Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
181. Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	Projeto Cartão-Alimentação (Ceará sem Fome).	Cartão-Alimentação Concedido	53.202	53.202
	Programa Vale-Gás Social	Vale-Gás Distribuído	622.000	2.488.000
		Família atendida	206.000	206.000
	Programa Mais Nutrição.	Alimento Distribuído	470.000	1.880.000
		Pessoa beneficiada	30.000	30.000
		Entidade beneficiada	134	140



3.3.3. CRIANÇA E ADOLESCENTE

A promoção dos direitos na infância e na adolescência, tem como base o art. 227 da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) e a Lei nº 13.257/2016 que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de Políticas Públicas para a Primeira Infância. Considerando essa premissa, o Governo do Ceará criou, por meio da Lei nº 16.856/2019, o **Programa Mais Infância Ceará** e, o atualizou e consolidou como política pública estadual por meio da Lei nº 17.380/2021.

De natureza multissetorial, este programa está estruturado em quatro pilares: Tempo de Nascer; Tempo de Crescer; Tempo de Brincar e Tempo de Aprender, com a visão de desenvolver a criança para desenvolver a sociedade e a missão de gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança.

Considerado uma inovação pela sua abrangência e estratégias adotadas, este programa tem possibilitado a implantação de equipamentos sociais, como **Centros de Educação Infantil, Brinquedopraças, Praças Mais Infância, Brinquedocreches, Núcleos de Estimulação Precoce, Complexos Sociais Mais Infância, Estação da Praia Acessível⁽¹⁾, Cidade Mais Infância e Espaço Mais Infância**, bem como a capacitação de mais de 100 mil profissionais da saúde, educação e assistência social em desenvolvimento infantil.

Realizou também mais de 9 milhões de visitas domiciliares para o fortalecimento de vínculos familiares. Acrescente-se ainda, o Cartão Mais Infância Ceará que promove a transferência de renda a famílias em situação de extrema pobreza, com crianças de até 5 anos e 11 meses, cadastradas no CadÚnico, atualizado nos últimos 24 meses e, com renda familiar per capita de até R\$ 89,00. Outra ação importante é que a SPS coordenou a elaboração de **Plano Estadual para a Primeira Infância** nos 184 municípios cearenses. Merece destaque, ainda, a **Casa da Criança e do Adolescente**, importante ação no combate à violência contra crianças e adolescentes.

Por último, vale ressaltar, que esta política faz parte do Tema Transversal Promoção de Direitos na Infância e na Adolescência, cujos indicadores estão mencionados no item 3.2 deste documento e serão acompanhados e monitorados pela SEXEC - IFAMCF em articulação com as diversas setoriais responsáveis pela execução das ações e com o Comitê Consultivo Intersectorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Ceará - CPDI.

(1) Em execução pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos







OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
Proporcionar o desenvolvimento integral e integrado de crianças e adolescentes, assegurando a garantia de direitos.	Garantir às crianças, adolescentes e suas famílias o acesso às políticas públicas e a elevação da qualidade de vida.
Indicadores: Percentual de crianças de 0 a 6 anos em situação de extrema pobreza. Número de notificações de violência doméstica contra criança e adolescentes. Percentual de domicílios do Cartão Mais Infância (CMIC) em situação de insegurança alimentar grave. Percentual de municípios com equipe capacitada na metodologia do ACT – Programa Universal de Prevenção da Violência para Educar Crianças em Ambientes Seguros. Número de equipamentos implantados pelo Programa Mais Infância.	

Estratégias	Principais Ações
Articular a implementação do Plano Estadual da Primeira Infância.	Aprovação do Plano Estadual da Primeira Infância (Decenal).
	Monitoramento dos indicadores de avaliação de resultados do Plano Estadual da Primeira Infância (Decenal).
Desenvolver sistema de informações sobre a Política da Primeira Infância com integração de dados.	Construção de uma base de dados padronizada que permita a identificação das famílias negras, indígenas, quilombolas, de terreiro e ciganas em extrema pobreza infantil.
	Institucionalização do Sistema do Big Data como instrumento de monitoramento das famílias do Cartão Mais Infância, no estado e municípios.
Fortalecer o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas Públicas de Desenvolvimento Infantil do estado do Ceará (CPDI).	Implementação do modelo de governança colaborativa da Política Intersetorial da Infância através do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Ceará.
	Fomento da intersetorialidade no atendimento às famílias do Cartão Mais Infância Ceará com a Política da Assistência Social; Saúde; Educação; Trabalho, Emprego e Renda; Segurança Alimentar e Nutricional; com atenção especial às mulheres negras, indígenas, quilombolas, de terreiro, ciganas e pessoas com deficiência.
	Capacitação dos membros do CPDI na gestão da Política da Primeira Infância.



Estratégias	Principais Ações
Elaborar Plano de Capacitação Continuada.	Identificação das demandas de capacitação dos públicos prioritários.
	Elaboração do Plano de Capacitação Continuada de pais/cuidadores e profissionais que lidam com as crianças nas áreas da saúde, educação e assistência social.
	Monitoramento da execução do Plano de Capacitação Permanente.
Implementar os Planos Estaduais da Primeira Infância.	Acompanhamento e aprimoramento dos Planos Municipais da Primeira Infância.
	Promoção das oficinas de avaliação de indicadores dos Planos Municipais da Primeira Infância nos Municípios.
Implementar espaços lúdicos adequados para o desenvolvimento infantil.	Articulação com os municípios para garantia da manutenção e dinamização das Brinquedopraças e Brinquedocreches.
	Implementação de Brinquedopraças e Brinquedocreches em territórios indígenas e povos tradicionais.
Ampliar número de agentes sociais do Programa Mais Infância para levantamento da situação sociofamiliar e monitoramento das famílias.	Identificação da necessidade de ampliação de Agentes Sociais do Programa Mais Infância, por município.
Fortalecer as ações de redução da violência contra crianças e adolescentes.	Promoção do plano de prevenção da violência doméstica contra criança e adolescente.
	Assessoramento para implementação e posterior monitoramento do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Criança e Adolescente, de forma sistêmica e continuada.
	Interiorização da Casa da Criança e do Adolescente.
	Implementação dos programas de parentalidade (ACT, AFINIDATA e o de Paternidade Ativa).
	Implantação da metodologia do ACT – Programa Universal de prevenção da Violência para Educar Crianças em Ambientes Seguros, nos municípios cearenses.
Fortalecer a rede de atendimento à criança e ao adolescente.	Articulação da implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a criança nos municípios cearenses.
	Ampliação do número de Complexos Sociais Mais Infância.



Estratégias	Principais Ações
Fortalecer a rede de atendimento à criança e ao adolescente.	Capacitação dos gestores, técnicos e equipes de apoio da rede de atendimento à criança e ao adolescente.
Garantir o acompanhamento das crianças egressas do serviço de acolhimento institucional e suas famílias.	Seleção das famílias a serem acompanhadas.
	Definição da metodologia de acompanhamento à criança/família.
Monitorar a situação alimentar e nutricional das crianças pertencentes às comunidades tradicionais e originárias (indígenas, quilombolas, ciganas e de terreiro) por meio de condicionalidades do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN.	Articulação para integração de ações com a área da saúde, igualdade racial e povos originários.
	Garantia da redução da insegurança alimentar junto a esses segmentos populacionais.

Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
168. Promoção do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente	Casa da Criança e do Adolescente.	Casa da Criança e do Adolescente mantida	1	3
		Casa da Criança e do Adolescente implantada	-	2
		Criança e Adolescente atendidos	4.723	5.723
	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento infantil.	Brinquedocreche implantada	24	96
		Brinquedopraça implantada	24	96
	Complexo Social Mais Infância.	Complexo Social Mais Infância mantido	04	04
		Pessoa beneficiada	32.051	52.201
		Criança e Adolescente beneficiado	23.623	38.123
		Pessoa capacitada	5.520	30.360
	Cidade Mais Infância.	Equipamento mantido	01	01
		Pessoa Atendida	166.400	582.400



3.3.4 POLÍTICAS SOBRE DROGAS

A Política sobre Drogas do Estado do Ceará desenvolve suas ações em consonância com a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), estabelecida no Decreto nº 9.761/2019, com ações voltadas à prevenção, ao cuidado e à reinserção social e profissional de pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, além da garantia do direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, a partir da visão holística do ser humano.

Neste sentido a atuação tem se pautado nos seguintes eixos:

- 1) **prevenção;**
- 2) **cuidado e reinserção social;**
- 3) **gestão e controle social;**
- 4) **educação permanente;**
- 5) **estudos e pesquisas.**

Na prevenção atua com ações voltadas à prevenção universal com ênfase nas habilidades socioemocionais e possui os projetos **+Papo +Atitude, Resenha da Prevenção, Clube da Prevenção**, além de contribuir na implementação das metodologias federais de prevenção (Elos – construindo coletivos, #Tamojunto e Famílias Fortes) e Programa ACT, da Associação Americana de Psicologia. No campo do cuidado e reinserção, possui dois **Centros de Referência sobre Drogas** na capital (Mucuripe e Centro), **Projeto Estação Móvel** – Política sobre Drogas com 3 unidades móveis para ações itinerantes do CRD (facilitando acesso de pessoas em cenas de uso, população em situação de rua e aproximação com população dos municípios cearenses). Vale ressaltar que o CRD e

Estação Móvel atuam com serviços de atendimento psicossocial, disponibilidade de insumos de autocuidado, realização de grupos reflexivos, encaminhamentos para rede de atenção e reinserção social com cursos de qualificação profissional, elaboração de currículo e articulação para inserção no mercado de trabalho. Diante da necessidade de atuação territorial em cena de uso, idealizou-se a **Estação do Cuidado**, uma iniciativa que conta com estrutura modular de apoio e equipe multidisciplinar, para oferta de atendimentos psicossociais e jurídicos, atividades de autocuidado como banho, uso de sanitário, higiene bucal, corte de cabelo e barba, lavagem de roupas, grupos reflexivos, cuidados com horta, articulação para emissão de documentos, encaminhamentos para a rede de atenção, apoio para melhoria da escolaridade, qualificação profissional e ingresso no mercado de trabalho, entre outras ações que possibilitem a construção de novos projetos de vida e superação da situação de rua, potencializando a atenção às pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas.

No eixo da Gestão e Controle Social o Projeto Prevenção e Cuidado na CE, é uma iniciativa de articulação junto aos municípios promovendo ações presenciais para assessoria e alinhamento quanto às abordagens na política sobre drogas, buscando o fortalecimento dos conselhos e contribuindo na construção de planos municipais de políticas sobre drogas.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
Fortalecer a Política sobre Drogas com ações de prevenção, cuidado e reinserção social das pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas.	Garantir o acesso das pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas às políticas da proteção e desenvolvimento social.
<p>Indicadores: Percentual de municípios com Plano Municipal de Políticas sobre Drogas elaborado. Percentual de município com ações de fortalecimento das políticas sobre drogas. Número de atendimento nos equipamentos sociais da política sobre Drogas (CRD, Estação Móvel e Estação do Cuidado).</p>	

Estratégias	Principais Ações
Fortalecer a Política sobre Drogas no âmbito estadual.	Formulação da Política Estadual sobre Drogas. Elaboração do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas.
Capacitar gestores, equipes técnicas, conselheiros e profissionais para implementação da política.	Levantamento das necessidades de desenvolvimento profissional e elaboração do projeto para compor o Plano de Capacitação da SPS.
Disseminar a política e sua importância junto à sociedade.	Promoção de eventos (oficinas, encontros, seminários, fóruns, etc.) relacionados à política sobre drogas.
Ampliar programas, projetos e ações voltadas à prevenção, cuidado e reinserção social.	Ampliação das metas dos projetos: + Papo + Atitude. Resenha da Prevenção. Regionalização de Centros de Referência sobre Drogas – CRDs. Unidades Móveis. Estação do Cuidado. Projeto Acolher.
Articular e apoiar a implementação da política nos municípios cearenses.	Sensibilização dos gestores municipais para implantação de Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas. Assessoramento às equipes municipais de 184 municípios. Fortalecimento das instâncias de controle social. Capacitação dos conselheiros municipais da Política sobre Drogas.



Estratégias	Principais Ações
Articular e apoiar a implementação da política nos municípios cearenses.	Apoio aos municípios para elaboração do Plano Municipal de Políticas sobre Drogas.
Integrar as ações da Política sobre Drogas com as demais políticas coordenadas pela SPS.	Efetivação da integração de ações com a SAN para acesso à alimentação.
	Certificação em cursos de qualificação profissional.
	Acesso à documentação básica.
	Oportunidade para atividades de bem-estar (esporte, abordagem sistêmica...).
Elaborar Procedimentos Operacionais Padrão para melhoria da qualidade do serviço prestado.	Elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrão - POPs para os equipamentos sociais que realizam atendimento aos usuários da política sobre drogas.
Garantir estrutura física e operacional adequada à execução da política.	Reestruturação do quadro funcional da Sexec-PSD.
	Elaboração do Plano de Adequação de Infraestrutura Física e Operacional da Sexec-PSD para execução da política.

Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
161. Promoção da Inclusão Social no Âmbito da Política Sobre Drogas	Projeto Acolher.	Evento realizado	30	120
	Projeto + Papo + Atitude.	Certificado concedido	120	480
		Pessoa beneficiada	2.040	8.160
		Atendimento realizado	7.000	28.000
	Projeto Resenha da Prevenção.	Certificado concedido	600	2.400
		Pessoa beneficiada	4.000	16.000
	Projeto Centro de Referência sobre Drogas.	Centro de Referência mantido	2	2
		Atendimento Realizado	4.500	18.000
	Projeto Estação Móvel.	Unidade Móvel de Atendimento mantida	3	3
		Atendimento realizado	5.600	22.400
Estação do Cuidado.	Unidade mantida	1	1	
	Atendimento realizado.	2.500	95.040	





3.3.5. CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

A cidadania possui base legal no Programa Nacional dos Direitos Humanos, assegurando a cidadania plena e a universalização do registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica.

Nesse contexto, o governo do estado do Ceará, por meio da Secretaria da Proteção Social, busca assegurar os direitos civis de acesso à documentação básica por meio das **Unidades de Atendimento ao Cidadão: Vapt Vupt** localizadas em Fortaleza, em Sobral e em Juazeiro do Norte; Casas do Cidadão que realizam atendimento em Fortaleza, em Maracanaú e em Barbalha; Unidades Itinerante do Caminhão do Cidadão, além da Central de Atendimento ao Cidadão na Câmara dos Vereadores de Fortaleza.

A cidadania também é impulsionada através de outras ações de inclusão social, tais como: atividades culturais, esportivas e recreativas, bem como a qualificação profissional para a inserção socioproductiva através do empreendedorismo.





Neste contexto, a SPS desenvolve projetos relevantes como o **Projeto Esporte e Superação** que possui diversas modalidades esportivas como futebol, ritmos, capoeira, futsal, muay thay, vôlei destinado a crianças, jovens, mulheres, idosos, favorecendo as relações intergeracionais e hábitos saudáveis, nos municípios de Fortaleza, Sobral, Caucaia, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Itapipoca; o **Projeto Zona Viva de Cultura, Tecnologia e Qualificação** com a finalidade de criar espaços de transformação intergeracional, destinado a promover o desenvolvimento social em áreas de vulnerabilidades socioeconômicas, ofertando oportunidades de qualificação profissional, atividades artísticas e culturais, práticas esportivas e o acesso a recursos tecnológicos em territórios de extrema vulnerabilidade da cidade de Fortaleza como prevenção à violência, inclusão social e desenvolvimento de comunidades.

Além disso, destaca-se o **Basquete Mais Proteção Social** realizado em parceria com a Associação Cearense de Basquetebol com o objetivo de estimular a prática esportiva como ferramenta de transformação social de crianças e adolescentes, nos Complexos Mais Infância em Fortaleza e Barbalha, ABC's, Espaço Viva Gente, Centros de Inclusão Tecnológica e Social (CITs) e as **Vilas Sociais**, espaços que dispõem de academia ao ar livre, brinquedopraça, areninha, quadra de areia para vôlei de praia e beach tênis, quadra poliesportiva, salas de ritmos, de informática e multiuso localizadas nos bairros Genibaú, Canindezinho e Messejana, no município de Fortaleza.

Outra ação desenvolvida pela SPS é a **Formação Continuidade da Rede de Justiça Restaurativa e Cultura de Paz**, com princípios e práticas na direção da promoção de uma cultura de paz, resultante

de um conjunto de metodologias ativas construídas coletivamente a partir de pressupostos e valores humanos, voltados para a solução pacífica dos conflitos que favorecem o senso de comunidade, o acolhimento, a escuta qualificada e o diálogo envolvendo a comunidade nas soluções compartilhadas para reparação de danos, restauração de vínculos e reintegração à sociedade. Neste sentido, são capacitadas equipes técnicas no âmbito da gestão e das Unidades de Atendimento da SPS e instituições parceiras como uma das estratégias para redução do índice de violência junto aos segmentos populacionais atendidos por esta setorial e fortalecimento da cultura de paz.





OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
Garantir o acesso da população à documentação básica e à cidadania.	Ampliar a rede de atendimento ao cidadão viabilizando o acesso à documentação básica e à inclusão social.
<p>Indicadores: Percentual de documentos emitidos nas Unidades de Atendimento ao Cidadão. Percentual de crianças nascidas vivas com Registro Civil emitido.</p>	

Estratégias	Principais Ações
Ampliar a oferta de serviços pelas Unidades de Atendimento ao Cidadão.	Ampliação da infraestrutura de atendimento ao cidadão.
	Fomento à ampliação de parcerias.
	Divulgação das ações realizadas pelas Unidades de Atendimento ao Cidadão nos canais oficiais para conhecimento da população.
	Garantia do pleno funcionamento das Unidades de Atendimento ao Cidadão.
Promoção de ações de educação cidadã e efetivação do calendário social.	
Ampliar as ações de inclusão social e cidadania, com atividades culturais, esportivas e de lazer.	Aumento da quantidade de núcleos do Projeto Esporte e Superação.
	Ampliação do número de municípios beneficiados com o Projeto Esporte e Superação.
	Articulação de parcerias.
Otimização das ações do Parque D. Aloísio Lorscheider, do Zona Viva e reestruturação das Vilas Olímpicas.	
Fortalecer o Comitê Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento do Ceará.	Fomento para implantação de comitês municipais.
	Elaboração do Plano Estadual de Promoção do Registro Civil e Acesso à Documentação Básica.



Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
165. Promoção da Inclusão Social e da Cidadania	Projeto de Atendimento Integrado ao Cidadão - Vapt Vupt.	Unidade mantida	6	7
		Atendimento realizado	3.418.620	14.734.678
		Documento emitido	1.784.888	7.974.429
	Casa do Cidadão.	Unidade mantida	7	8
		Atendimento realizado	731.551	2.461.774
		Documento emitido	468.607	585.758
	Projeto Caminhão do Cidadão.	Unidade mantida	4	4
		Atendimento realizado	85.366	367.382
		Carteira de Identidade emitida	63.746	274.750
	Projeto Esporte & Superação.	Pessoa beneficiada	7.145	28.580
	Implementação e Manutenção do Parque Dom Aloísio Lorscheider.	Equipamento mantido	1	1
		Pessoa beneficiada	56.000	224.000
	Reforma e reestruturação dos serviços de Vilas Olímpicas.	Unidade mantida	4	4
		Pessoa beneficiada	8.500	34.000
	Projeto Zona Viva.	Equipamento Socioassistencial Implantado	2	3
		Equipamento Socioassistencial mantido	3	4
		Pessoa capacitada	783	5.742
		Criança e adolescente beneficiado (diversas atividades)	1.500	11.500
		Pessoa beneficiada (diversas atividades)	3.280	13.120
	Formação Continuada da Rede de Justiça Restaurativa e Cultura de paz	Pessoa qualificada	638	2.130



3.3.6. ARTESANATO

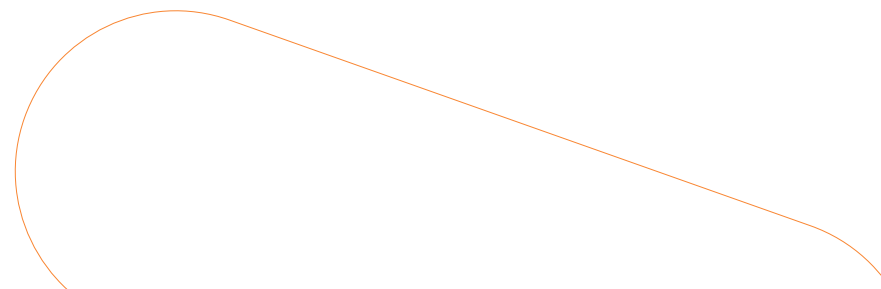
O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) é vinculado ao Ministério do Empreendedorismo e da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP e tem como objetivo coordenar e desenvolver atividades que visem a valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, além de desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal.

No Ceará, o **Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato**, executado em consonância com as diretrizes nacionais, tem a finalidade de promover o artesanato como uma atividade econômica sustentável e de inclusão social integrada ao turismo e à cultura, contribuindo para a valorização da identidade cultural cearense. Vale ressaltar que esse Programa se instituiu como Política Pública Estadual, elegendo a Secretaria da Proteção Social como Órgão Gestor, conforme a Lei Nº 17.701, de 05 de outubro de 2021.



As ações do Programa consistem na emissão da identidade artesanal, capacitação de artesãos, desenvolvimento de produtos, certificação de peças e comercialização de produtos artesanais nas 06 lojas CeArt, loja on-line, feiras e eventos. Destaca-se a participação em eventos internacionais, a exemplo da Vernissage do Carrossel do Louvre, realizado no Museu do Louvre, no período de 20 a 22 de outubro de 2023, com esculturas em madeira de 5 artesãos Cearenses sobre a arte popular do Cariri, promovido pela Divine Académie Française des Arts Lettres et Culture.

Ressalta-se, ainda, a implantação de importantes projetos para o fortalecimento da atividade artesanal como o **Projeto CeArt Itinerante**, o **Projeto Rotas Artesanais CeArt** e a expansão de lojas CeArt em outros estados da federação, os quais contribuem para a divulgação e comercialização, expansão e valorização do artesão, sua história, técnica, tradição e comunidade. Um marco importante foi a implantação da **Casa do Artesão**, em Fortaleza, com a oferta de estadia para participação em eventos de comercialização, cursos de capacitação, dentre outros demandados pela categoria.







OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
Fortalecer a política de desenvolvimento do artesanato como patrimônio cultural e atividade econômica sustentável e de inclusão social.	<p>Garantir o desenvolvimento do artesanato como atividade cultural.</p> <p>Ampliar as oportunidades de fomento à produção e comercialização do artesanato e a geração de renda.</p>
<p>Indicadores:</p> <p>Número de artesãos capacitados.</p> <p>Número de artesãos com produtos certificados.</p> <p>Percentual de peças artesanais comercializadas.</p>	

Estratégias	Principais Ações
Divulgar o artesanato cearense em âmbito nacional e internacional, integrando-o à cadeia produtiva do turismo e da cultura.	Desenvolvimento de um Plano de Comunicação para divulgação do artesanato cearense como patrimônio cultural do estado.
	Promoção do artesanato como ativo turístico e cultural do estado.
	Ampliação das possibilidades de intercâmbio cultural de artesanato (técnicas, cultura e tradição) por meio de FAMTOURS.
	Participação da CeArt em exposições internacionais.
	Edição de vídeos por tipologia (rendas/fibras/cerâmica, etc.)
	Implantação de Mini Stúdio Fotográfico visando qualificar a divulgação dos produtos artesanais.
Preservar e resgatar os aspectos culturais do artesanato cearense.	Mapeamento e resgate das tradições culturais do artesanato junto aos povos originários e comunidades tradicionais em parceria com a Secretaria da Igualdade Racial do Estado do Ceará - Seir e Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará - Sepince.
	Atualização do mapeamento nas tipologias e técnicas artesanais nas 14 regiões de planejamento.



Estratégias	Principais Ações
Preservar e resgatar os aspectos culturais do artesanato cearense.	Articulação junto à Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - Secult para identificação e reconhecimento de mestres do artesanato cearense, por tipologia.
	Realização de curso de aperfeiçoamento da produção artesanal para filhos(as) de artesãos(ãs) com bolsa-capacitação.
	Apoio às comunidades de povos originários e quilombolas na produção de produtos artesanais, tendo como foco o resgate e preservação de suas culturas.
	Reconhecimento da renda de bilro como patrimônio imaterial do Ceará e do Brasil.
	Realização da Exposição “As Bordadeiras do Ceará” na Pinacoteca do Ceará – no dia mundial do Bordado, em parceria com a Lira Nordestina.
	Reestruturar as ações de capacitação para os artesãos e públicos afins: povos originários, segmento LGBTQIAPN+, quilombolas e famílias atendidas pelos Complexos Mais infância, CITS e Zona Viva
Integrar as ações do Desenvolvimento do Artesanato, com as demais políticas públicas.	Fortalecimento da parceria com a Cois na execução do Projeto Jovem Artesão.
Aprimorar os processos de comercialização dos produtos artesanais.	Articulação para apoio logístico dos municípios na identificação de artesãos e organização da produção artesanal.
	Otimização das vendas on-line (E-Commerce) - novo site que oportunize a ampliação do contato do público com os produtos disponibilizados nas lojas Ceart.
	Fomento para realização de feiras regionais.
	Busca de parcerias para exportação de produtos artesanais (FIEC, Correios, etc).



Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
271. Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato	Projeto Artesanato Competitivo.	Identidade Artesanal emitida	4.400	15.000
		Capacitação realizada	28	84
		Nº de Artesãos capacitados	560	1800
		Evento realizado	90	300
		Peça Artesanal certificada	1.800	7.000
	Projeto Fomento e Fortalecimento do segmento Artesanal Fortalecimento do Artesanato do Cariri.	Identidade Artesanal emitida	600	2.400
		Capacitação realizada	10	36
		Nº de artesãos capacitados	200	700
		Evento realizado	10	40
	Fundart – Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato.	Peça Artesanal comercializada	60.000	250.000



DO ESTADO





3.3.7. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Governo do Estado do Ceará instituiu o **Programa Capacita Ceará** através da Lei nº 18.037/2022, ação integrante do **Qualifica Ceará**, com vistas ao desenvolvimento de ações de inclusão social e produtiva à população em idade ativa que se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica, possibilitando a inserção ou reinserção no mercado de trabalho e a autonomia financeira. Nessa perspectiva tem se efetivado a ampliação da oferta de educação profissional alinhada às demandas dos setores produtivos e vocacionais locais das regiões do Ceará. Os projetos voltados para a inclusão social e produtiva de grupos em situação de vulnerabilidade social são: **Primeiro Passo; Transformando Vidas; Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência – CEPID; Centros de Inclusão Tecnológica e Social – CITS; Empreendedor Criativo** e o **Criando Oportunidades** que oferta cursos de qualificação social e profissional, buscando ampliar as chances de reinserção socioprodutiva da população em situação de vulnerabilidade social, possibilitando o acesso ao kit com instrumentais de trabalho para os participantes, facilitando assim, a implantação de empreendimentos que impactam na geração de ocupação e renda e na melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
Promover a qualificação social e profissional como instrumento de inclusão socioeconômica.	Ampliar as oportunidades de qualificação social e profissional, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade e risco social para efetiva geração de renda.
Indicadores: Número de Jovens em situação de vulnerabilidade beneficiados com qualificação profissional pela SPS. Número de egressos das ações de qualificação profissional, beneficiados com instrumental de trabalho.	
Estratégias	Principais Ações
Ampliar as oportunidades de qualificação social e profissional para a população em situação de vulnerabilidade e risco social.	Fortalecimento da política de qualificação social e profissional na SPS.
	Ampliação de vagas para inserção de jovem aprendiz no Ceará.
	Articulação de parceria com os órgãos de promoção e inserção de trabalhadores no mercado de trabalho.
	Integração das ações de qualificação com os programas de transferência de renda.
Fortalecimento do projeto Transformando Vidas.	



Estratégias	Principais Ações
Fomentar o empreendedorismo junto à população em situação de vulnerabilidade e risco social.	Inclusão do módulo de educação financeira e empreendedorismo nos cursos ofertados.
	Expansão do acesso a instrumentais de trabalho aos egressos de cursos de qualificação social e profissional.
	Identificação e divulgação de experiências exitosas na área do empreendedorismo, nos programas/projetos da SPS.
Fortalecer as parcerias com os municípios.	Integração de ações com os municípios para execução das ações de qualificação (prefeituras e empresas).
	Fomentar a integração de ações de qualificação profissional com as demais políticas públicas nos municípios.

Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
232. Qualifica Ceará: Educação Profissional Para o Mundo do Trabalho (Capacita-Ceará)	Projeto Criando Oportunidade.	Pessoa capacitada	7.000	28.000
	Projeto Primeiro Passo.	Bolsa concedida (Jovem Bolsista)	2.500	10.000
		Pessoa capacitada	3.025	12.100
		Jovem atendido (Jovem Aprendiz)	1.000	4.000
		Pessoa capacitada	2.800	11.200
	Projeto Virando o Jogo – Programa Juventude e Superação.	Pessoa capacitada	1.000	4.000
		Bolsa concedida	1.000	4.000
	Manutenção dos Centros de Inclusão Tecnológica e Social.	Unidade de Atendimento mantida	07	07
		Pessoa capacitada	1.242	4.900
	Concessão de Kit para o Programa Criando Oportunidades (Instrumental de trabalho).	Instrumental de Trabalho ofertado	4.000	16.000
	Programa Bolsa Jovem.	Bolsa concedida	750	3.000
	Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência – Cepid.	Unidade de Atendimento mantida	01	01
Pessoa capacitada		438	1.752	

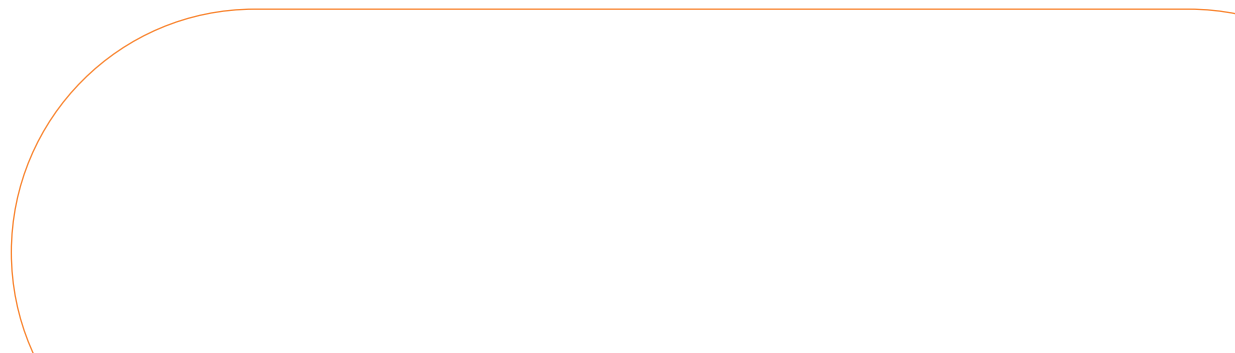


3.3.8. ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A Política de Atendimento Socioeducativo, fundamenta-se na Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

O Ceará conta com a **Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS**, órgão vinculado à Secretaria da Proteção Social, que tem como competência exercer as funções de executar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, promovendo a interlocução com Organizações da Sociedade Civil – OSC's e o Poder Público, empresas privadas e sociedade civil, visando a inserção e reinserção familiar e inclusão socioproductiva dos egressos de medidas socioeducativas.

As ações implementadas estão em consonância com o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do estado do Ceará 2019-2028, tendo como arcabouço legal a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase), a Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011 (Sistema Único da Assistência Social – SUAS) e a Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o Sinase e demais políticas públicas intersetoriais relacionadas à saúde, educação, assistência social, segurança pública, justiça e cidadania, políticas sobre drogas, qualificação profissional, cultura, esporte e lazer.







OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Institucional (Sociedade)	Clientes/Cidadãos
Assegurar o atendimento socioeducativo de qualidade aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e pós-medida com vistas à reinserção social.	Qualificar o atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas com vistas à redução da reincidência infracional.
<p>Indicadores: Número de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas certificados em cursos de qualificação profissional. Número de adolescentes e jovens em medida socioeducativa com o mínimo de 75% de frequência na educação básica. Taxa de reentrada do Sistema Socioeducativo.</p>	

Estratégias	Principais Ações
Estruturar o Plano de Cargos e Salários da SEAS.	Realização de concurso público. Capacitação da equipe técnica para a qualidade do atendimento socioeducativo.
Prospectar tecnologias e metodologias inovadoras.	Identificação de tecnologias e metodologias que contribuam para maior efetividade da política pública junto ao seu público-alvo. Conhecimento e articulação para utilização das tecnologias e metodologias selecionadas.
Fomentar a intersetorialidade nos entes federal, estadual, municipal e sociedade civil.	Definição das interfaces com as diversas políticas públicas, acordando e elaborando protocolos de atendimento ao público-alvo (Complementaridade no atendimento a demandas dos usuários).
Aperfeiçoar a governança do Sistema de Atendimento Socioeducativo.	Definição do modelo de governança a ser implementado. Implementação e monitoramento da governança do Sistema de Atendimento Socioeducativo.



Programa	Projetos	Entregas	Metas	
			2024	2024-2027
163. Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes e Jovens em Atendimento Socioeducativo.	Centros Socioeducativos em conformidade com o SINASE.	Centro Socioeducativo mantido	19	19
	Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	Adolescentes e jovens acolhidos nos Centros Socioeducativos	1.010	1.010
		Nº de certificados concedidos	2.170	8.680
		Nº de Adolescentes e Jovens matriculados em educação formal com 75% de frequência	1.500	6.000
		Nº de Adolescentes e Jovens atendidos pelo Programa de Oportunidade e Cidadania - POC	600	2.400





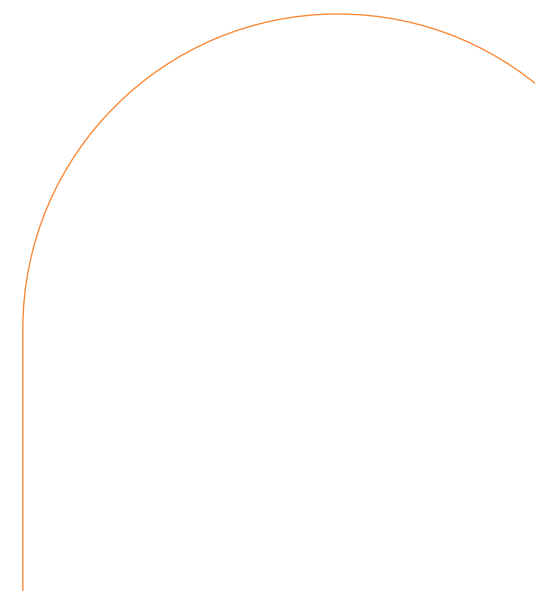
3.4. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Considerando que a nossa sociedade é múltipla e múltiplos são os seus interesses, a participação social é fundamental, sobretudo na relação da sociedade civil organizada e o estado. Assim, a participação e o controle social configuram-se como meios de fortalecimento da democracia, para promoção da justiça social e para o alcance do bem comum.

No âmbito das políticas públicas o controle social é a participação da sociedade na administração pública, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações de Governo, a fim de solucionar os problemas e assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão e que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade.

A SPS reconhecendo a importância do papel da sociedade civil e do controle social para a gestão de políticas públicas sob a sua responsabilidade conta com participação dos seguintes colegiados:

- Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas;
- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará – Consea/CE;
- Conselho Cearense do Artesanato - Ccart;
- Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – Cepod;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca;
- Conselho Estadual dos Direitos da População em Situação de Rua e em Superação da Situação de Rua – Cepop;
- Comitê Estadual de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento do estado do Ceará – Ceesc;
- Comissão Intergestores Bipartite – CIB;
- Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do estado do Ceará – CPDI;
- Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan.





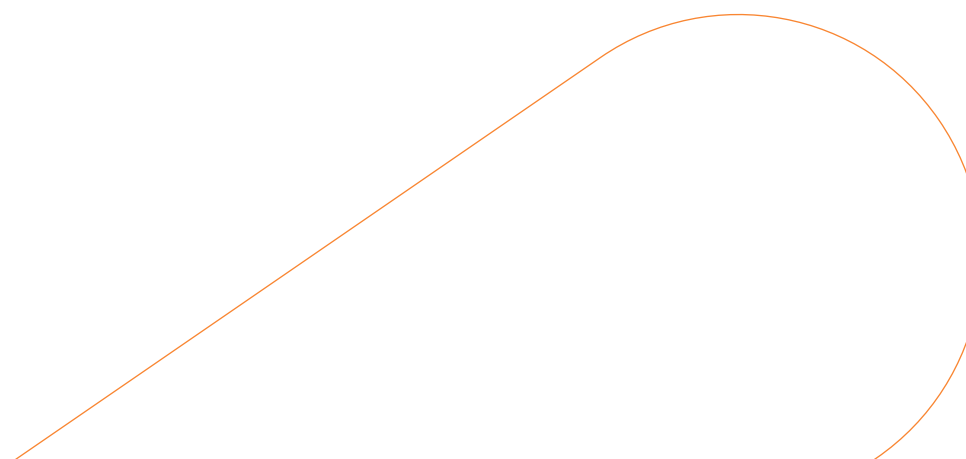
METODOLOGIA 4.

O Planejamento Estratégico da SPS 2024-2027 foi elaborado tendo como referencial o Balanced Scorecard – BSC (adaptado para o setor público), ferramenta de gestão que traduz a visão e as estratégias da organização em um conjunto de medidas de desempenho que expressam os objetivos estratégicos e os mecanismos para alcançá-los.

O processo foi elaborado em três etapas, abaixo especificadas, sob a coordenação da CODIP/ SEXEC-PGI, tendo como princípio norteador a participação social de quadros da estrutura organizacional e dos conselhos setoriais, considerando os níveis estratégico, tático e operacional, realizando-se a análise da ambiência interna e externa, para definição da Identidade Organizacional, desafios, objetivos estratégicos, indicadores e entregas, com suas respectivas metas.

O conjunto de indicadores, articulados e distribuídos em quatro perspectivas: Institucional (sociedade); Cliente/cidadão (focado nas necessidades e expectativas e satisfação dos usuários); Processos Internos (visando melhorar os processos e serviços públicos entregues aos cidadãos) e Aprendizado e Crescimento (voltada para o desenvolvimento de competências e capacidades dos servidores e colaboradores) contribuirão efetivamente para o cumprimento da missão e visão institucional.

O percurso do processo de construção coletiva foi realizado em etapas e norteado pelas seguintes perguntas: Quem somos? Onde estamos? Aonde queremos chegar?





1ª ETAPA

Encontro com gestores e equipes técnicas da SPS para apresentação dos programas, projetos e ações, resultados, avanços e desafios relativos à implementação das políticas públicas, sob a responsabilidade desta setorial, com o objetivo de iniciar a construção do projeto coletivo - “A Secretaria da Proteção Social e a sua Contribuição para a Redução das Desigualdades Sociais no Ceará”, com a participação de 380 pessoas.

2ª ETAPA

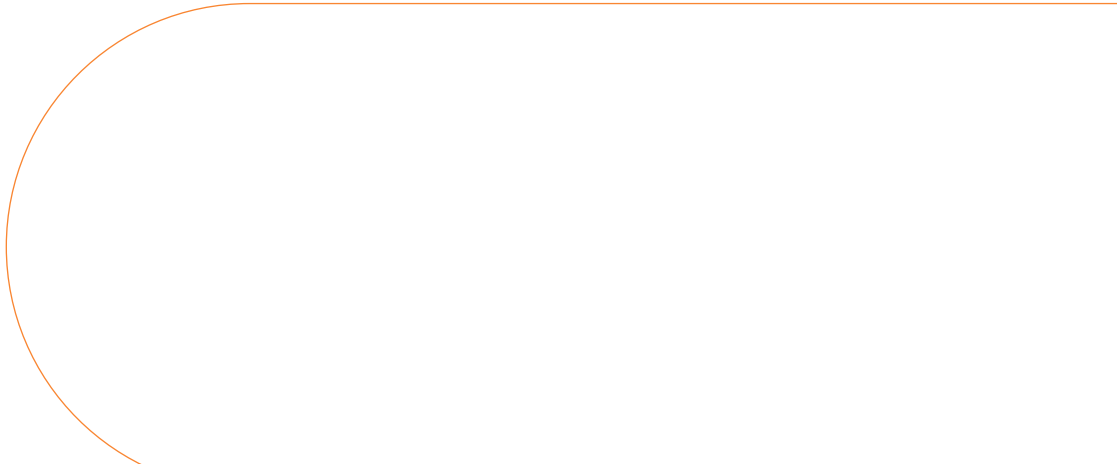
Oficinas com Coordenadores, Orientadores de Células e gerentes de Unidades de Atendimento para elaboração da análise da ambiência interna e externa e principais desafios. Oficinas com as instâncias de controle social (Conselhos Setoriais) para análise da ambiência interna e externa, identificação de entraves ao funcionamento de cada Conselho e principais desafios à implementação das políticas públicas.

3ª ETAPA

Oficinas com Secretarias Executivas e suas Coordenadorias para definição da Identidade Organizacional (Missão, Visão e Valores), objetivos estratégicos, estratégias, ações intra e intersetoriais e indicadores.

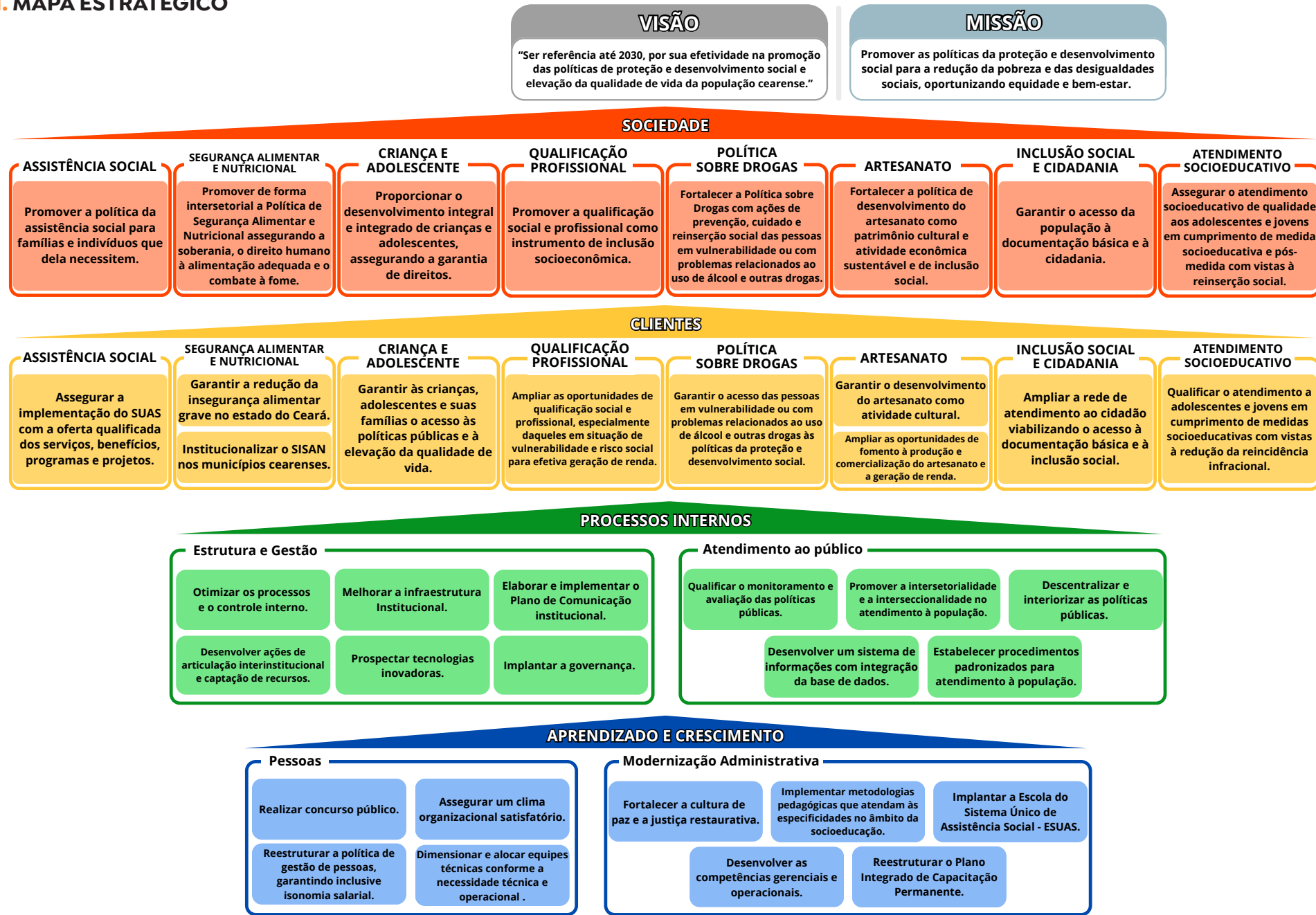
4ª ETAPA

Reunião com representantes dos níveis estratégico, tático e operacional para apresentação do documento final e realização de ajustes finais; diagramação e edição.





4.1. MAPA ESTRATÉGICO







PROJETOS ESTRATÉGICOS 5.

5.1. PROJETOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA FINALÍSTICA

Nº de Ordem	Projeto	Início (Ano) - Ações de planejamento e execução	SEXEC Responsável/ Coordenadoria
1.	Implantação da Escola do Sistema Único da Assistência Social (E-SUAS).	2024	SEXEC-PSO/CGSUAS
2.	Oportuniza Ceará.	2024	SEXEC-PSO/COIS
3.	Juventude em Cena (Qualificação profissional para juventudes periféricas em arte e cultura).	2025	SEXEC-PSO/COIS
4.	Jovem Artesão (Preservação da tradição cultural).	2025	SEXEC-PSO/COIS
5.	Vilas Sociais.	2024	SEXEC-PSO/COCID
6.	Serviço Guarda Subsidiada Regional para Crianças e Adolescentes.	2025	SEXEC-PSO/CPSE
7.	Centro Dia Regionalizado para Idoso e Pessoa com Deficiência.	2025	SEXEC-PSO/CPSE
8.	Teia do Cuidado (Atenção à criança e ao adolescente neurodivergente).	2024	SEXEC-IFAMCF/COPMI
9.	Selo Município com Segurança Alimentar e Nutricional.	2025	SEXEC-IFAMCF/COSAN
10.	Implantação de Hortas Comunitárias Urbanas.	2025	SEXEC-IFAMCF/COSAN
11.	Estação do Cuidado (atendimento a população em situação de rua)	2024	SEXEC-PSD/COPSD



5.2. PROJETOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA MEIO

Nº de Ordem	Projeto	Início (Ano) - Ações de planejamento e execução	SEXEC Responsável/ Coordenadoria
1.	Plano de Capacitação Permanente da SPS.	2024	SEXEC-PGI/COGEP
2.	Sistema de Informações com Integração da Base de Dados das Políticas Públicas da SPS.	2024	SEXEC-PGI/COTIC
3.	Plano de Comunicação Social da SPS.	2024	SEXEC-PGI/ASCOM
4.	Projeto de Modernização Administrativa: revisão do Site, da Carta de Serviços, dos Fluxos Administrativos, modernização do Parque Tecnológico e melhoria das instalações físicas.	2024	SEXEC-PGI/CODIP/ ASCOM
5.	Saúde e Bem-estar do(a) Trabalhador(a) da SPS.	2024	AESPP /CODIP SEXEC-PGI/COGEP
6.	Reestruturação do Quadro Funcional da SPS - (realização de concurso público).	2025	SEXEC-PGI/COGEP

5.3. AÇÕES ESTRATÉGICAS DE CONTINUIDADE

Nº de Ordem	Projeto	Início (Ano) - Ações de planejamento e execução	SEXEC Responsável/ Coordenadoria
1.	Otimização de processos internos.	2024	SEXEC-PGI/CODIP
2.	Melhoria das instalações físicas.	2024	SEXEC-PGI/COAD
3.	Modernização do parque tecnológico.	2024	SEXEC-PGI/COTIC



ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

6.

Para o aperfeiçoamento da administração pública, faz-se necessário adotar uma visão estratégica e prospectiva das ações a serem executadas, em consonância com o plano de Governo, zelando pela correta aplicação dos recursos públicos e pelo compromisso de gerar resultados para a sociedade, embasados em valores éticos, democráticos e transparentes. Para tanto, o uso de informações consistentes nos processos de tomada de decisão, em seus vários níveis, é fundamental para a implementação da gestão baseada em evidências, onde o acompanhamento e monitoramento tem um papel fundamental.

Nesse sentido, a SPS realizará o acompanhamento, monitoramento e avaliação de seus programas, projetos e metas, tendo como referência o modelo de governança apresentado a seguir:

6.1. O MODELO DE GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - 2024

Inicialmente é importante entender que a governança na prática contribui significativamente para que a empresa organize e realize a sua gestão de modo estruturado, organizado e legítimo, com a participação dos parceiros envolvidos na elaboração de seus objetivos estratégicos, estratégias, programas e projetos.

O modelo de governança para este Planejamento Estratégico foi definido na perspectiva de Governança nas Políticas Públicas, que trata do desempenho de suas políticas, programas, projetos e ações levando em conta a rede de interações entre as estruturas e setores, as diferentes esferas governamentais, as diversas setoriais (interfaces) e a representação da sociedade civil organizada. Para a implementação do modelo proposto, faz-se necessário



contar com uma estrutura técnico-operacional, conforme descrição e fluxograma a seguir:

• **NÚCLEO DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO**

ESTRATÉGICO – NAIFE: reunião quinzenal da CODIP com os(as)

Coordenadores(as) responsáveis pelo monitoramento das metas de indicadores e entregas declaradas neste documento, com envio do relatório aos Secretários(as) executivos(as).

Participantes: Coordenadores(as) e CODIP.

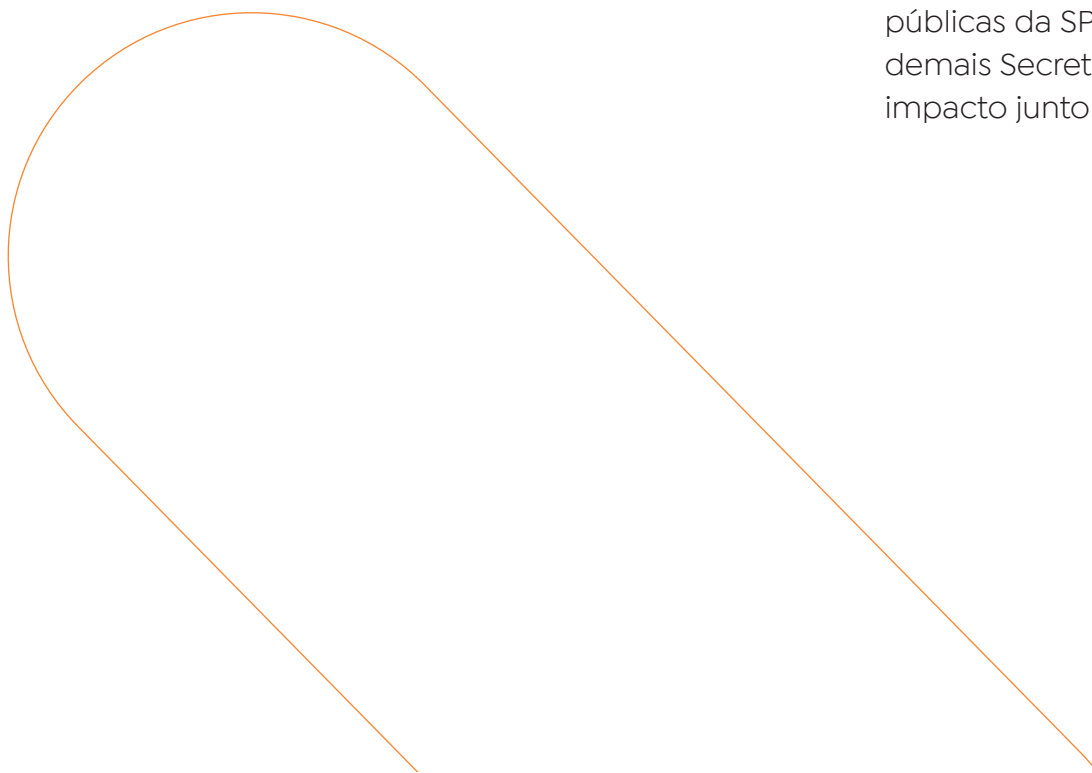
• **GT – INTRASEXEC`S:** reunião mensal para apresentação dos resultados e encaminhamentos.

Participantes: Secretários(as)-Executivos(as), Superintendente da SEAS, Coordenadores(as) e CODIP.

• **COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA:** reunião bimestral dos Secretários(as)-Executivos(as) com a Titular da pasta para análise dos resultados técnico-operacionais alcançados e definição de estratégias que facilitem a consecução de metas previstas.

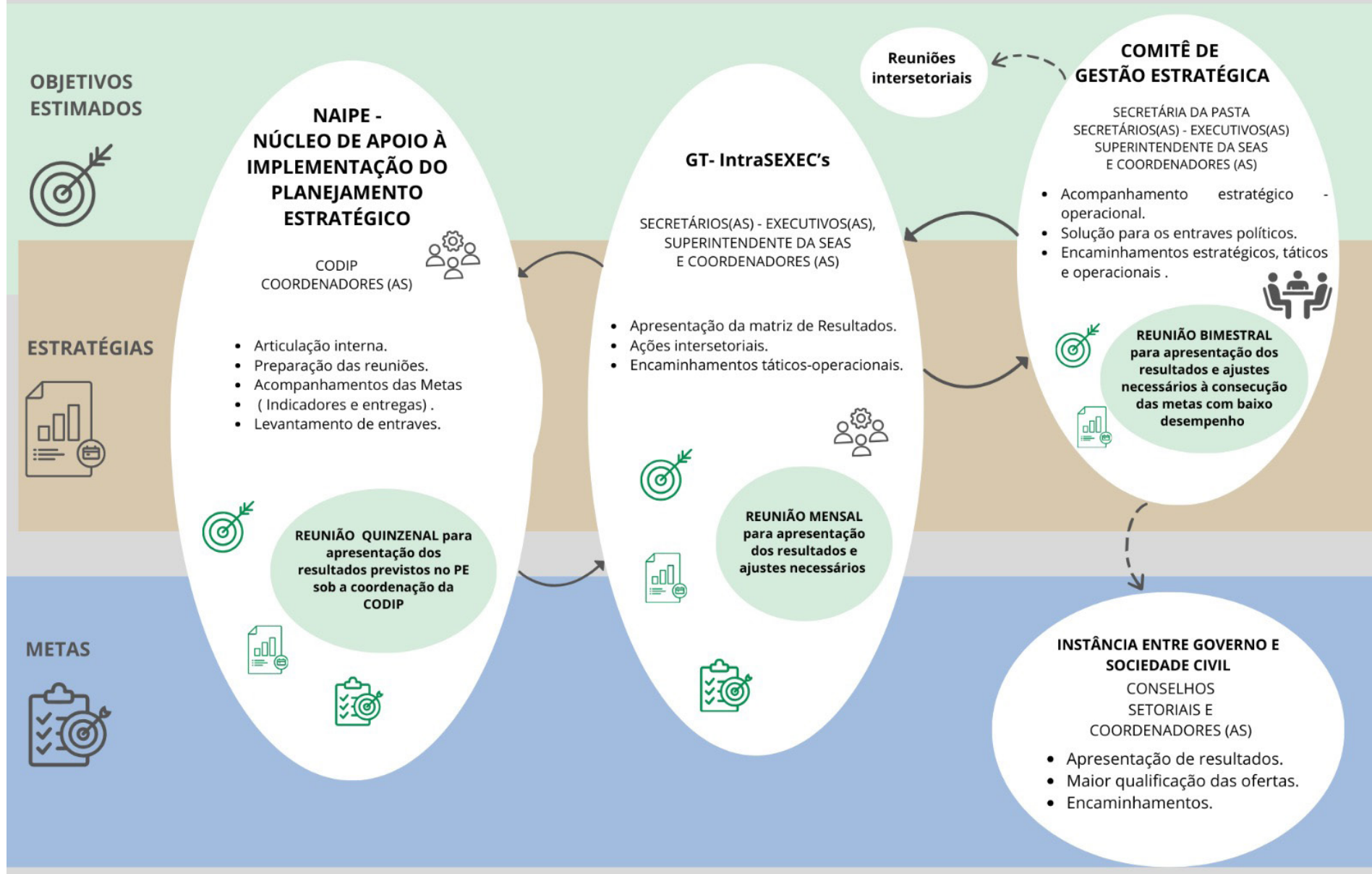
Participantes: Secretária da SPS e Secretários(as)-Executivos(as), Superintendente do SEAS, Coordenadores(as) e CODIP.

Vale ressaltar, que semestralmente os resultados serão apresentados aos representantes das instâncias de controle social das políticas públicas sob a responsabilidade da SPS. Outro ponto a considerar é que pela natureza transversal de algumas políticas públicas da SPS, serão realizadas reuniões intersetoriais com as demais Secretarias Estaduais, para integração de ações e maior impacto junto a população cearense.





SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL - SPS GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024 - 2027







SIGLAS

ACT Adults and Children Together (Adultos e Crianças em Conjunto)	CEPID Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência	COSAN Coordenadoria da Segurança Alimentar e Nutricional
AESPP Assessoria Especial de Programas e Projetos	CEPOD Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas	CPDI Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará
BE Benefícios Eventuais	CEPOP Conselho Estadual dos Direitos da População em Situação de Rua e em Superação da Situação de Rua	CPSE Coordenadoria de Proteção Social Especial
BSC Balanced Scorecard	CGSUAS Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social	CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CAISAN Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	CITS Centro de Inclusão Tecnológica e Social	CRD Centro de Referência sobre Drogas
CCARTE Conselho Cearense do Artesanato	CMIC Cartão Mais Infância Ceará	CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CEART Central de Artesanato do Ceará	COIS Coordenadoria de Inclusão Social	E-SUAS Escola do Sistema Único de Assistência Social
CEAS Conselho Estadual de Assistência Social	CONSEA/CE Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	EBIA Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
CEDCA Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	COPMI Coordenadoria do Programa Mais Infância	FEAS Fundo Estadual de Assistência Social
CEI Centro de Educação Infantil	COPSD Coordenadoria de Políticas sobre Drogas	FECA Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente
CEMARIS Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social do Estado do Ceará		

**FEDAP**

Fundo Estadual de Política sobre Álcool e outras Drogas

FIEC

Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FUNDART

Fundo Estadual Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato

GPT

Grupos de Populações Tradicionais

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LGBTQIAPN+

Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais

LOAS

Lei Orgânica da Assistência Social

MEMP

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

NAIPE

Núcleo de Apoio à Implementação do Planejamento Estratégico

NEP

Núcleo de Estimulação Precoce

ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PADIN

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil

PAIF

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PE

Planejamento Estratégico

PLP

Planejamento a Longo Prazo

PNAD

Política Nacional sobre Drogas

PSB

Proteção Social Básica

SAN

Segurança Alimentar e Nutricional

SCFV

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDA

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

SEAS

Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

SECULT

Secretaria da Cultura do Ceará

SEDIH

Secretaria dos Direitos Humanos

SEDIV

Secretaria da Diversidade

SEDUC

Secretaria da Educação

SEIR

Secretaria da Igualdade Racial

SEJUV

Secretaria da Juventude

SEM

Secretaria das Mulheres

SEPINCE

Secretaria dos Povos Indígenas

SESA

Secretaria da Saúde

SEXEC-IFAMCF

Secretaria Executiva da Infância, Família e Combate à Fome

SEXEC-PSO

Secretaria Executiva da Proteção Social

SISAN

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUAS

Sistema Único de Assistência Social



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Governança Pública/Portal TCU. Disponível no link- <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica>

CARDOSO Jr., José Celso. 2040 Texto para Discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Monitoramento Estratégico de Políticas Públicas: Requisitos Tecnopolíticos, Proposta Metodológica e Implicações Práticas para a Alta Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro, fevereiro 2015.

CEARÁ, Governo do Estado do. Agenda Estratégica Setorial – Guia Metodológico de Formulação. Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará. Julho/2020.

_____. Planejamento Estratégico 2009-2010. Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

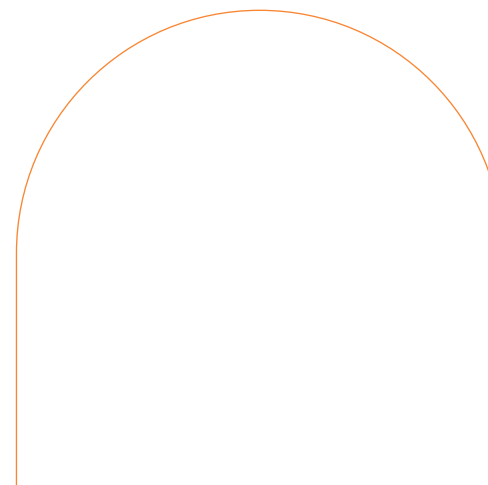
_____. Planejamento Estratégico 2012-2015. Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

_____. Planejamento Estratégico 2019-2022. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos. Grupo Portfólio.

_____. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – Brasília: SEDH, 2009.

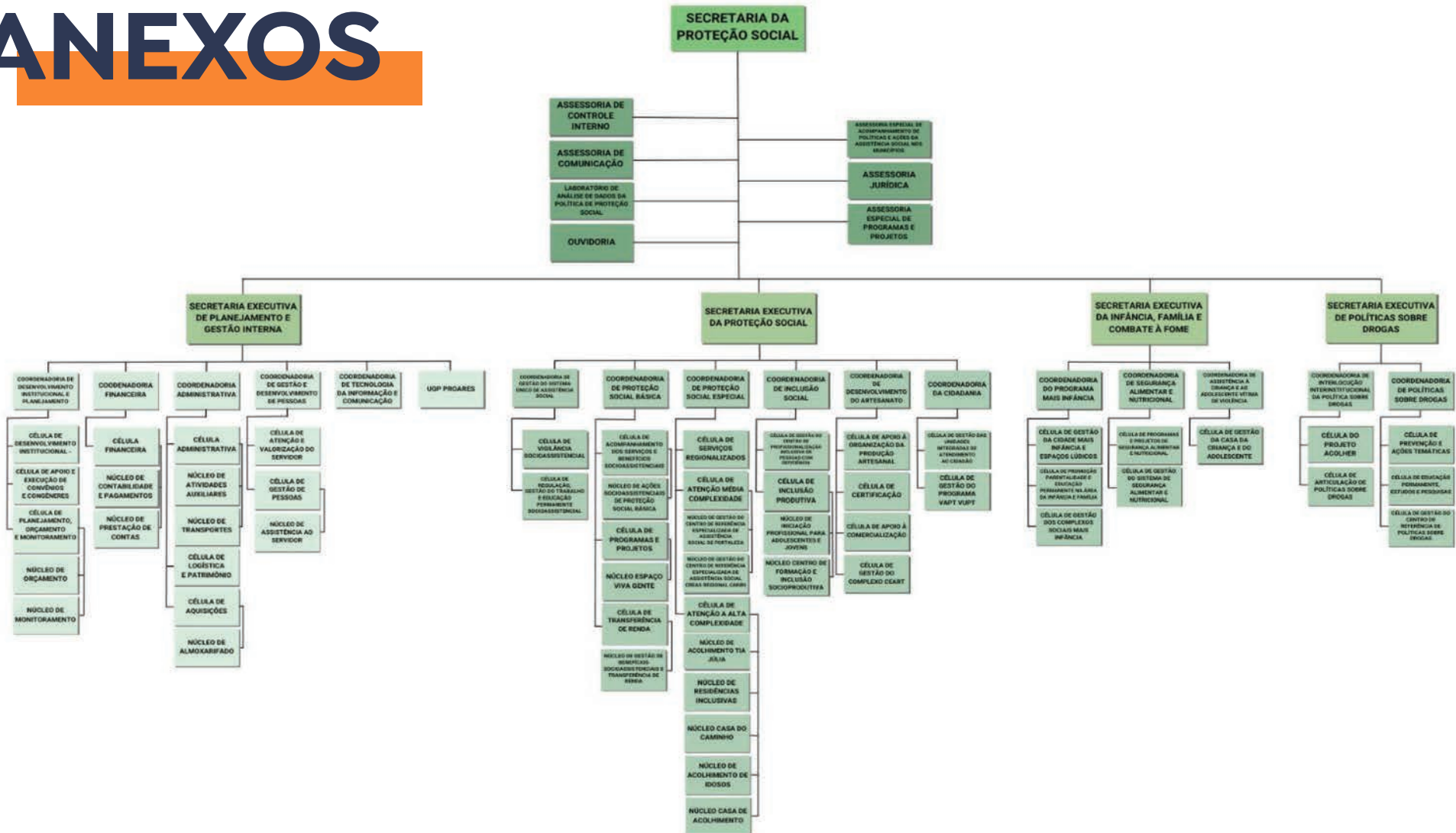
RIEG, Denise Luciana et al. Aplicação de Procedimentos do Planejamento Estratégico Situacional (PES) para Estruturação de Problemas no Âmbito Empresarial: estudos de casos múltiplos. São Carlos, 2014.

SANTANA. Onélia Maria Moreira Leite de; et al. (Organizadores); Programa mais Infância Ceará: de Programa a Política. 2ª edição – Fortaleza; SEDUC, 2022.





ANEXOS



DECRETO Nº 35.774
29 DE NOVEMBRO DE 2023

ÓRGÃOS COLEGIADOS:
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS
CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO CEARÁ - CONSEA - CE
CONSELHO CEARENSE DO ARTESANATO - CEARTE
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - CEPD
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E EM SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA - CEPOR
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB
COMITÊ ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO DO CEARÁ - CEEIC
COMITÊ CONSULTIVO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO ESTADO DO CEARÁ - CFI

ÓRGÃO E ENTIDADE VINCULADAS:
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SEAS





RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS POR SECRETARIA EXECUTIVA E COORDENADORIA

SECRETARIA EXECUTIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SEXEC PSO COORDENADORIA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CPSB

ABC Bom Jardim

Rua 3 Corações, nº 762, Bairro: Bom Jardim
Cep: 60.870-065 – Fortaleza – Ce
(85) 9 8422-9875 / 9 9782-4546

ABC Cajueiro Torto

Rua Floresta, nº 180, Bairro: Messejana (Santa Fé)
Cep: 60.874-160 – Fortaleza – Ce
(85) 9 8422-9867 / 9 9872-9927

ABC Serrinha

Rua Cônego Lima Sucupira, nº 1487, Bairro: Serrinha
Cep: 60.741-255 – Fortaleza – Ce
(85) 9 8736-3608 / 9 9865-2631

ABC Palmeiras

Rua Castelo de Castro, nº 2100, Bairro: Conjunto Palmeiras
Cep: 60.870-066 – Fortaleza – Ce
(85) 3295.8037 / 3295.8185 / 9 9865-2631

ABC Mondubim

Rua N. Sra. da Conceição, nº 151, Bairro: Mondubim
Cep: 60.752-595 – Fortaleza – Ce
(85) 9 8422-9877 / 9 8503-6246

Circo Escola Bom Jardim

Rua Oscar Araripe, s/n, Bairro: Bom Jardim
Cep: 60.543-452 – Fortaleza – Ce
(85) 9 8634-8718 / 9 8747-7273

Circo Escola Palmeiras

Rua Castelo de Castro, nº 2000, Bairro: Conjunto Palmeiras
Cep: 60.870-065 – Fortaleza – Ce
(85) 9 9187-5642 / 9 8422-9878

**Centro Comunitário Luiza Távora - Farol**

Av Zezé Diogo, nº 310, Bairro: Farol Cais do Porto

Cep: 60.180-005 – Fortaleza – CE

(85) 9 9976-2068 / 9 8422-9872

Centro Comunitário Santa Terezinha

Rua Osmundo Cavalcante de Oliveira, s/n, Bairro: Conjunto Santa Terezinha

Cep: 60.175-552 – Fortaleza – CE

(85) 9 8704-0714 / 9 8402-7035

Centro Comunitário São Francisco

Rua Ilha do Bote, nº 367, Bairro: Conjunto São Francisco

Cep: 60.352-620 – Fortaleza – CE

(85) 9 8793-4131 / 9 9983- 1774 / 9 8422-9873

Centro Comunitário José de Magalhães Porto Filho / São Vicente

Rua do Rosário, s/n, Bairro: Aldeota – Conjunto São Vicente de Paulo

Cep: 60.135-310 – Fortaleza – CE

(85) 9 9930-6480 / 9 8967-9697

Espaço Viva Gente

Rua Maria Mistes Pereira, nº 1010, Bairro: Passaré

CEP: 60.867-060 – Fortaleza – CE

(85) 3101-3018/3101-3117 / 98730-1364

COORDENADORIA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CPSE**Abrigo Tia Júlia**

Rua Desembargador Gomes Parente, s/n, Bairro: Parangaba

CEP: 60.720-550 – Fortaleza – CE

(85) 3101.6125 / 9 9744-7446

Abrigo Tia Júlia Primeira Infância

Rua Armando Dall'olio, 686, Bairro: Luciano Cavalcante

CEP: 60.813-575 – Fortaleza – CE

(85) 3013.3309 / 9 8871-9505

Residência Inclusiva I

Rua Desembargador José Gil de Carvalho, Nº 160 Bairro: Cambeba

CEP: 60.822-270 – Fortaleza – CE

(85) 3271.2857 / 9 9904-3615

Residência Inclusiva II

Rua Dr. José Furtado, Nº 1550, Bairro: Cidade dos Funcionários

CEP: 60.822-462 –Fortaleza – CE

(85) 3271.2171 / 9 9904-3615

Residência Inclusiva III

Rua Ataulfo Alves, Nº 460, Bairro: Jardim das Oliveiras

CEP: 60.821-460 – Fortaleza – CE

(85) 3279.6682 / 9 8801-4726

Residência Inclusiva IV

Rua Benjamim Moura, 300, Bairro: Cidade dos Funcionários

CEP: 60.822-10 – Fortaleza – CE

(85) 3273.2999 / 9 8656-9456

**Residência Inclusiva V**

Rua da Copaíba, Nº 39, Bairro Jardim das Oliveiras
CEP: 60.820-360 - Fortaleza - CE
(85) 3235.5055 / 9 8780-2514

Residência Inclusiva VI

Rua Guilherme Perdigão, Nº 305, Bairro: Parangaba
CEP: 60.720-420 - Fortaleza - CE
(85) 3101.6125 / 9 9650.5800

Abrigo do Idoso

Rua Olavo Bilac, Nº 1280, Bairro: São Gerardo
CEP: 60.320-000 - Fortaleza - CE
(85) 3217.2175 / 3101.2733

Abrigo Regional de Itaitinga

Rua Valdir Lopes, 800, Bairro: Centro
CEP: 61.880-000 - Itaitinga - CE
(85) 9 8189-9487

Abrigo Regional de Jaguaruana

Rua João Francisco Rodrigues, S/N, Bairro: Tabuleiro
CEP: 62.823-000 - Jaguaruana - CE
(88) 9 9734-6873

Abrigo Regional de Caririaçu

Rua Coronel Vulpino da Cunha, Nº 461, Bairro: Centro
CEP: 63.220-000 - Caririaçu-CE
(85) 9 8218-2387

Abrigo Regional de Ararendá

Av. Vicente Torres de Oliveira, Nº 18, Bairro: Centro
CEP: 62.210-000 - Ararendá-CE
(85) 9 9412-4265

Abrigo Nossa Casa

Rua Castro de Alencar, nº 1280, Bairro: Jardim das Oliveiras
CEP: 60.820-530 - Fortaleza - CE
(85) 3279.6093 / 9 8568-0350

Abrigo Recanto da Luz

Rua Doutor Walter Porto, Nº 437, Bairro: Cambeba
CEP: 60.822-250 - Fortaleza - CE
(85) 3252.5492 / 9 8884-6344

Abrigo Renascer

Rua Margarida de Queiroz, Nº 444, Bairro: Cidade dos Funcionários
CEP: 60.822-530 - Fortaleza - CE
(85) 3227.1918 / 9 9644-5269

Abrigo Casa da Criança

Rua Anastácio Mendes Braga, 101, Bairro: Luciano Cavalcante
CEP: 60.813-700 - Fortaleza - CE
(85) 3257.2035 / 9 9663-8758

Creas Regional I (Barbalha)

Rua dos Cariris, 12, Bairro: Centro
CEP 63.180-000 - Barbalha-CE
(88) 2155.1682

**Creas Regional II (Fortaleza)**

Rua do Lago, 39, Bairro: Jardim das Oliveiras
CEP: 60.820 370 – Fortaleza - CE
(85) 9 8992-7599

Creas Regional III Vale do Jaguaribe (Iracema)

Rua Erasmo Bezerra de Holanda, s/n, Bairro: Beira Rio
CEP: 62.980-000 – Iracema-CE
(88) 9.9784- 7901

Casa Abrigo I

Rua Luiza Miranda Coelho, Nº 975, Bairro: Luciano Cavalcante
CEP: 60.811-110 – Fortaleza - CE
(85) 3034.6336 / 9 8773-1855

Casa Abrigo Sítio Mel

Rua Sítio Mel, Nº 16, Bairro: São João do Tauape
CEP: 60.170-100 – Fortaleza - CE
(85) 3036.2586 / 9 8834-7101

Abrigo Casa do Caminho

O endereço da Unidade de Acolhimento é sigiloso.
Endereço do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher –
CERAM
Rua Tabuleiro do Norte, s/n, bairro Couto Fernandes, Fortaleza - CE,
CEP: 60.442-040 (Casa da Mulher Brasileira). Telefone: (85) 3037.2681

**Serviço Regionalizado de Acolhimento em Família Acolhedora -
Guaramiranga (Sede)**

SEDE: Rua Joaquim Alves Nogueira, S/N, Bairro: Centro
CEP: 62.766-000 – Guaramiranga-CE
(85) 9.9751- 4188

COORDENADORIA DA CIDADANIA**Casa do Cidadão Benfica**

Rua Carapinima, 2200 - 002/006 – Bairro: Benfica
Cep: 60.015-290 – Fortaleza - CE
(85) 3108.0548 / 9 8419-2967

Casa do Cidadão Iguatemi

AV Washington Soares, 85 - Bairro: Edson Queiroz
Cep: 60.811-341 – Fortaleza - CE
(85) 9 8439-3482

Casa do Cidadão Assembleia Legislativa

AV Pontes Viera - 2300 - ANEXO III – Bairro: São João do Tauape
Cep: 60.135 -2385 – Fortaleza - CE
(85) 3277.278

Casa do Cidadão Maracanaú

Av. Carlos Jereisseti, 100 (Norte Shopping) , Bairro: Jereissati ST D
Cep: 60.714-222 - Maracanaú - CE
(85) 9.8992-8379

Casa do Cidadão Centro

Rua Jaime Benévolo, 21 - Bairro: Centro
Cep: 60.050-080 – Fortaleza - CE
(85) 3108.0645

Casa do Cidadão Barbalha

Rua 7 de Setembro, nº 77 – Bairro Centro
Cep: 63180.000 - Barbalha-CE
(88) 3532-1068

**Central de Atendimento ao Cidadão – Câmara dos Vereadores de Fortaleza**

Rua Thompson Bulcão, 830 – Bairro: Luciano Cavalcante
Cep: 60.810-900 – Fortaleza - CE
(85) 3444.8444

Vapt Vupt Manutenção da Unidade de Atendimento Integrado ao Cidadão – Central Administrativa

Rua Desembargador Lauro Nogueira, 1500 Piso L2 – Bairro: Papicu
Cep: 60.175-055 – Fortaleza - CE

Vapt Vupt Antônio Bezerra (Fortaleza)

Rua Demétrio Menezes, 3750 – Bairro: Antônio Bezerra
Cep: 60.356-550 – Fortaleza - CE
(85) 3207- 1500

Vapt Vupt Messejana (Fortaleza)

AV Jornalista Tomaz Coelho, 408 – Bairro: Messejana
Cep: 60.842-021 – Fortaleza - CE
(85) 3218-5200

Vapt Vupt Papicu – Shopping Rio Mar (Fortaleza)

Rua Desembargador Lauro Nogueira, 1500 Piso L2 – Bairro: Papicu
Cep: 60.175-055 – Fortaleza - CE
(85) 3194.4600

Vapt Vupt Sobral

Rua Cel. José Silvestre, 201 – Bairro: Centro
Cep: 62.011-120 – Sobral - CE
(88) 3695- 3100

Vapt Vupt Juazeiro do Norte

Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, 120 – Bairro: Centro
Cep: 63010-015 – Juazeiro do Norte-CE
(88) 3572-4700

Vapt Vupt Centro (Shopping Central)

Rua Senador Pompeu Nº 856 – Bairro: Centro
Cep: 60.025-000 – Fortaleza - CE
(85) 3401.2990

Parque Dom Alúcio Lorscheider

Av Bernardo Manoel, 10080 – Bairro: Dendê / Itaperi
Cep: 60.711- 005 – Fortaleza - CE
Não tem telefone

04 Unidades Móveis do Programa Caminhão Do Cidadão

(85) 98616-7381

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO – CEART**Complexo CEART Fortaleza (Coordenação CEART, Vagão e Cafeteria)**

Praça Luíza Távora, Av. Santos Dumont, 1589, Bairro: Aldeota
CEP: 60.150-161 – Fortaleza - CE
(85) 3108.1309 / 9 9247-4080

Complexo CEART Cariri – Centro Multifuncional de Serviços de Juazeiro do Norte

Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, 120, Bairro: Centro
CEP: 63.010-015 – Juazeiro do Norte-CE
(88) 9 9906-8686

**Loja Galeria Mestre Noza**

Praça Luíza Távora, Av. Santos Dumont, 1589, Bairro: Aldeota
CEP: 60.150-161 – Fortaleza – CE
(85) 3108.1309 / 9 9247-4080

Loja Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

Rua Dragão do Mar, 81 – Piso Superior, Bairro: Praia de Iracema
CEP: 60.060-390 – Fortaleza – CE
(85) 3108.1309 / 9 9247-4080

Loja Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins

Av. Senador Carlos Jereissati, 3000, Bairro: Serrinha
CEP: 60.741-900 – Fortaleza – CE
(85) 3108.1309 / 9 9247-4080

Loja Shopping Aldeota

Av. Dom Luís, 500, Piso L2, Bairro: Aldeota
Cep: 60.160- 230 – Fortaleza – CE
(85) 3108.1309 / 9 9247-4080

Loja Centro Multifuncional de Serviços de Juazeiro do Norte

Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, 120, Bairro: Centro
CEP: 63.010-015 – Juazeiro do Norte – CE
(88) 9 9906-8686

Loja CEART e Oficina de Artesãos / Arena Romeirão

Av. Presidente Castelo Branco, 4464, Bairro: Pirajá
CEP: 63.036-230 – Juazeiro do Norte-CE
(88) 9 9906-8686

Casa do Artesão Cearense – Diomar Freitas Dantas

R Ildefonso Albano, 725, Bairro: Meireles
Cep: 60.115-000 – Fortaleza – CE
(85) 3108.1366

COORDENADORIA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CGSUAS**Escola de Gestão do Sistema Único da Assistência Social do Ceará**

Rua Jaime Benévolo, 21, Bairro: Centro
Cep: 60.050-080 – Fortaleza – CE
(85) 9 8707-0110

COORDENADORIA DE INCLUSÃO SOCIAL – COIS**Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência – CEPID**

Rua Sen. Robert Kennedy, 128, Bairro: Barra do Ceará
Cep: 60.332-170 – Fortaleza – CE
(85) 98956-150

Centro de Inclusão Tecnológica e Social – CITS Mucuripe

Rua Do Entardecer, 160, Bairro Mucuripe/Vicente Pizon
Cep: 60.181-190 – Fortaleza – CE
(85) 9 8522-791

Centro de Inclusão Tecnológica e Social – CITS Aerolândia

Rua Monte Cristo, 191, Bairro: Aerolândia
Cep: 60.850-270 – Fortaleza – CE
(85) 9 8523-2096



Centro de Inclusão Tecnológica e Social – CITS Parque São José

Rua Cônego de Castro, 3955, Bairro: Vila Peri

Cep: 60.730-062 – Fortaleza – CE

(85) 9 8523-2034

Centro de Inclusão Tecnológica e Social – CITS Jangurussu

Rua L, 20, Conjunto João Paulo II, Bairro: Barroso

Cep: 60.863-540 – Fortaleza – CE

(85) 9 8522-6366

Centro de Inclusão Tecnológica e Social – CITS Conjunto Ceará

Rua 1111, N.º 10 – 4ª Etapa, Bairro: Conjunto Ceará

Cep: 60.533-290 – Fortaleza – CE

(85) 9 8522-6512

**Centro de Inclusão Tecnológica e Social São Bernardo – CITS
Messejana**

Rua 24 De Novembro, 555, Conj. São Bernardo – Bairro: Messejana

CEP: 60.841-700 – Fortaleza – CE

(85) 3274.8199/999850697

Centro de Inclusão Tecnológica e Social – CITS José Walter

Av. K, 330, 1ª Etapa – Bairro: Conj. José Walter

CEP: 60.750-970 – Fortaleza – CE

(85) 3218.6919/988513606

Núcleo De Iniciação Profissional – NIP

(Projeto Primeiro Passo, Projeto Criando Oportunidades, Projeto Transformando Vidas)

Rua Soriano Albuquerque, 230, Bairro: Joaquim Távora – Prédio

Anexo

Cep: 60.130-160 – Fortaleza – CE

(85) 3101.2722/ 9 8789-8813

Núcleo Centro de Formação e Inclusão Socioproductiva – CEFISP

Rua: Valdetário Mota, 970 – Bairro: Papicu

CEP: 60.175-740 – Fortaleza – CE

(85) 31012722/98789-8813

**SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SEXEC
PSD – COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COPSD**

Centro De Referência Sobre Drogas – CRD

Av. da Abolição, N° 3893 – Bairro: Mucuripe

Cep: 60.165-085 – Fortaleza – CE

(85) 9 8439.4775

Centro de Referência Sobre Drogas - CRD - Centro

Rua Jaime Benévolo, N° 21 – Bairro: Centro

Cep: 60.050-080 – Fortaleza – CE

(85) 3108.0174

03 unidades do Projeto

Estações Móveis de Política sobre Drogas – Itinerante

Estação do Cuidado

Rua Senador Pompeu, 300, Moura Brasil – Fortaleza – CE



**SECRETARIA EXECUTIVA DA INFÂNCIA, FAMÍLIA E COMBATE À
FOME – SEXEC IFAMCF
COORDENADORIA DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA**

Complexo Social Mais Infância – João XXIII

Rua Araguaiana, nº 77 – Bairro: João XXIII
Cep: 60.525-635 – Fortaleza - CE
(85) 9 8436-0649

Complexo Social Mais Infância Padre Caetano – Cristo Redentor

Rua Camélia, nº 450 – Bairro: Cristo Redentor
Cep: 60.337-380 – Fortaleza - CE
(85) 9 8439-3491

Complexo Social Mais Infância Barbalha

Av. Jules Rimet, S/N – Bairro: Santo Antônio
Barbalha - CE, (Antigo Prédio do CSU/Barbalha)
Cep: 63.180-000 – Barbalha-CE
(88) 99276-6419 / (88) 3535-2140

Complexo Social Mais Infância Curió

Rua: Dom Helder Câmara
Bairro: Lagoa Redonda (Curió)
Cep: 60.311-635 – Fortaleza - CE
(85) 9 8523-2518

Cidade Mais Infância

Av. Paisagística, s/n
Bairro: Edson Queiroz
Cep: 60812-535 – Fortaleza - CE
(85) 9 8439-4813

Casa da Criança e do Adolescente do Ceará

Rua Capitão Melo, 3883
Bairro: São João do Tauape.
CEP: 60.120-095 – Fortaleza - CE
(85) 9.8976-8946

Zona Viva de Cultura, Tecnologia e Qualificação

Rua A, Quadra 10 B, Bloco 7, Conjunto Residencial José Euclides,
Bairro: Jangurussu
Cep: 60.877-205 – Fortaleza - CE

Zona Viva de Cultura, Tecnologia e Qualificação

Rua A, Residencial Cidade Jardim I
Bairro: José Walter
Cep: 60.748-540 – Fortaleza - CE

Zona Viva de Cultura, Tecnologia e Qualificação

Travessa Artur Borges, 56 (Beco do Céu)
Bairro: Vila Velha
Cep: 60345-820 – Fortaleza - CE



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL